SOCIETE GENERALE
Corporate & Investment Banking

Banco Société Générale Brasil S.A. e Consolidado

(Sistema Financeiro Société Générale Brasil)

CNPJ 61.533.584/0001-55
Avenida Paulista, 2300 - 9º andar
Cerqueira César - CEP 01310-300
São Paulo - SP
Telefone: 0xx11 3217-8000
www.sgbrasil.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e clientes:

A administração do Banco Société Générale Brasil S.A. submete à apreciação de V.Sas., o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras individual e consolidada com o parecer dos Auditores Independentes referentes aos semestres findos em 30 de Junho de 2010 e de 2009, elaboradas em conformidade com as normas legais e estatutárias vigentes.

Sobre o Grupo SG Brasil.

O Conglomerado Société Générale tem sua Matriz sede na França e está no Brasil desde o ano de 1967 atuando principalmente no mercado financeiro. Na Europa é a uma das maiores entidades financeira na zona do euro, atuando em praticamente todos os setores da economia. O Conglomerado financeiro Banco Société Générale do Brasil S.A., além da própria entidade individual consolida as seguintes controladas: Société Générale Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil, Société Générale S.A. – Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, SGAM Sociedade Asset Management Brasil Ltda., Banco Cacique S.A. e Banco Pecúnia S.A. Em 2008, o Grupo Société Générale obteve a autorização do Banco Central do Brasil para a aquisição do Banco Cacique S.A., instituição com foco no crédito a varejo, com uma carteira de créditos principalmente concentrada em crédito consignado. A evolução da implantação do plano de negócio do Banco Cacique, ora apresentado ao Banco Central quando da aquisição, está aderente aos principais objetivos estratégicos, tendo sido atingido em junho de 2010 o volume da carteira de crédito originalmente definida para o período. O Patrimônio Líquido consolidado em 30 de junho de 2010 atingiu o valor de R$1.089,8 milhões e os ativos ponderados pelo risco alcançaram 20,7% (Acordo da Basiléia II). A carteira de crédito do Consolidado atingiu R$ 3.101,9 milhões, com um índice de créditos classificados de AA-B em relação à carteira total de créditos de 90,13% (89,81% no final de 2009). O saldo de provisão para devedores duvidosos representou 5,77% do total da carteira ao final de junho de 2010 (6,98% ao final de 2009).

Responsabilidade Social

O Instituto de Responsabilidade Social Société Générale tem como missão promover a educação por meio da capacitação profissional e de atividades que envolvam temas-chave como esporte, saúde, preservação do meio ambiente, arte e cultura. Com metodologia própria, também emprega expertise de gestão do Grupo Société Générale para ampliar a eficiência de seus investimentos sociais. Por essa razão, as parcerias estabelecidas são avaliadas como um investimento, respeitando processos de controle de riscos, comitê de crédito e controle de fluxo de caixa. Esse ano, o Instituto segue o pilar da inclusão por meio da educação, investindo fortemente em projetos com foco principal na Empregabilidade dos jovens assistidos pelas ONGs parceiras.

Agradecimentos

A Administração do Grupo Société Générale Brasil agradece aos colaboradores pelo empenho e dedicação, e a nossos acionistas e clientes, o indispensável apoio e confiança depositados.

São Paulo, 24 de agosto de 2010

A ADMINISTRAÇÃO

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E DE 2009 - (Em milhares de reais - R$)

ATIVO

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
CIRCULANTE	6.332.823	4.365.038	7.293.311	5.180.781
Disponibilidades	7.005	1.168	10.070	4.291
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.455.448	2.053.659	420.008	764.998
Aplicações no mercado aberto	407.597	764.998	407.597	764.998
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.047.851	1.288.661	12.411	-
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	969.496	840.298	1.709.209	1.496.138
Carteira própria	331.294	378.172	893.988	788.938
Vinculados a operações compromissadas	-	15.806	33.552	73.032
Vinculados à prestação de garantias	527.122	365.784	670.589	553.632
Instrumentos financeiros derivativos	111.080	80.536	111.080	80.536
Relações interfinanceiras	161	105	8.410	19.016
Pagamentos e recebimentos a liquidar	6	-	1.405	1.661
Direitos junto a participantes de Sistemas de Liquidação	-	5	56	330
Banco Central do Brasil - outros depósitos	-	52	-	52
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central do Brasil	155	48	290	9.978
Correspondentes	-	-	6.659	6.995
Relações interdependências	-	-	15	116
Transferências internas de recursos	-	-	15	116
Operações de crédito	318.860	243.638	1.502.290	1.592.037
Operações de crédito - setor privado	319.678	244.350	1.632.926	1.821.773
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	(818)	(712)	(130.636)	(229.736)
Operações de arrendamento mercantil	-	-	7	-
Arrendamentos e subarrendamentos a receber	-	-	48.005	14.609
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	-	-	(47.990)	(14.609)
Provisão para operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa	-	-	(8)	-
Outros créditos	3.581.838	1.226.104	3.615.903	1.284.627
Carteira de câmbio	3.559.477	1.212.862	3.559.477	1.212.862
Rendas a receber	678	131	678	141
Negociação e intermediação de valores	-	-	7.823	16.437
Diversos	22.106	14.194	50.447	68.981
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	(423)	(1.083)	(2.522)	(13.794)
Outros valores e bens	15	66	27.399	19.558
Outros valores e bens	-	-	697	3.738
Despesas antecipadas	15	66	26.702	15.820
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	1.461.455	581.287	1.846.403	1.908.898
Aplicações interfinanceiras de liquidez	1.092.618	27.907	-	19.502
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.092.618	27.907	-	19.502
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	53.943	179.983	195.184	345.147
Carteira própria	-	-	124.147	115.606
Vinculados à prestação de garantias	-	113.555	17.094	163.113
Instrumentos financeiros derivativos	53.943	66.428	53.943	66.428
Operações de crédito	163.607	320.689	1.205.516	1.228.352
Operações de crédito - setor privado	163.607	320.689	1.251.293	1.266.607
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	-	-	(45.777)	(38.255)
Operações de arrendamento mercantil	-	-	-	-
Arrendamentos e subarrendamentos a receber	-	-	62.374	17.980
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	-	-	(62.374)	(17.980)
Outros créditos	151.287	52.708	415.258	294.244
Carteira de câmbio	107.253	33.512	107.253	33.512
Diversos	44.034	19.196	308.678	261.408
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	-	-	(673)	(676)
Outros valores e bens	-	-	30.445	21.653
Outros valores e bens	-	-	185	206
Provisão para desvalorização de outros valores e bens	-	-	(185)	(206)
Despesas antecipadas	-	-	30.445	21.653
PERMANENTE	726.374	750.181	534.447	497.554
Investimentos	487.955	499.276	74	508
Participações em controladas	487.918	499.129	-	-
Outros investimentos	37	147	133	629
Provisão para perdas	-	-	(59)	(121)
Imobilizado de uso	2.937	3.060	21.683	21.886
Imóveis de uso	-	-	207	207
Reavaliação de imóveis de uso	-	-	804	804
Outras imobilizações de uso	7.390	6.654	49.214	45.491
Depreciações acumuladas	(4.453)	(3.594)	(28.542)	(24.616)
Imobilizado de arrendamento	-	-	114.943	29.393
Bens arrendados	-	-	128.336	29.265
Superveniências de depreciações	-	-	7.059	2.795
Depreciações acumuladas	-	-	(20.452)	(2.667)
Diferido	-	-	7.609	8.923
Gastos de organização e expansão	-	-	18.284	16.347
Amortização acumulada	-	-	(10.675)	(7.424)
Intangível	235.482	247.845	390.138	436.844
Ágio em controladas consolidadas	397.775	367.706	639.188	609.119
Outros ativos intangíveis	-	-	8.727	4.959
Provisão para ajuste ao valor recuperável	(119.861)	(119.861)	(119.861)	(119.861)
Amortização acumulada de ágio	(42.432)	-	(134.951)	(57.373)
Amortização acumulada de outros intangíveis	-	-	(2.965)	-
TOTAL DO ATIVO	8.520.652	5.696.506	9.674.161	7.587.233

PASSIVO

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
CIRCULANTE	5.744.835	3.626.737	6.175.739	4.510.612
Depósitos	1.412.318	1.534.694	1.372.894	1.979.826
Depósitos à vista	2.528	653	4.852	3.490
Depósitos interfinanceiros	730.504	1.314.804	620.401	1.506.789
Depósitos a prazo	679.285	219.236	747.640	469.509
Outros depósitos	1	1	1	38
Captações no mercado aberto	-	15.799	33.500	72.896
Carteira própria	-	15.799	33.500	72.896
Relações interfinanceiras	152	333	671	2.337
Recebimentos e pagamentos a liquidar	152	333	498	1.145
Correspondentes	-	-	15	1.015
Obrigações junto a partcipantes do sistema de liquidação	-	-	158	177
Relações interdependências	6.850	1.583	6.960	2.841
Recursos em trânsito de terceiros	6.850	1.583	6.960	2.841
Obrigações por empréstimos e repasses	620.503	1.018.031	946.226	1.279.237
Empréstimos no exterior	590.110	1.016.721	915.833	1.277.927
Repasses do exterior	30.393	1.310	30.393	1.310
Instrumentos financeiros derivativos	217.079	37.258	217.079	37.258
Instrumentos financeiros derivativos	217.079	37.258	217.079	37.258
Outras obrigações	3.487.933	1.019.039	3.598.409	1.136.217
Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados	2.199	172	3.871	3.301
Carteira de câmbio	3.450.181	981.500	3.450.181	981.500
Fiscais e previdenciárias	17.163	23.459	36.749	56.693
Negociação e intermediação de valores	3.196	1.682	12.572	17.872
Diversas	15.194	12.226	95.036	76.851
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	1.685.684	894.834	2.357.219	1.839.553
Depósitos	501.488	146.921	518.545	201.977
Depósitos interfinanceiros	-	26.603	-	26.603
Depósitos a prazo	501.488	120.318	518.545	175.374
Obrigações por empréstimos e repasses	916.797	504.179	1.407.569	1.284.773
Empréstimos no exterior	880.783	479.793	1.371.555	1.260.387
Repasses do exterior	36.014	24.386	36.014	24.386
Instrumentos financeiros derivativos	82.319	142.132	82.319	142.132
Instrumentos financeiros derivativos	82.319	142.132	82.319	142.132
Outras obrigações	185.080	101.602	348.786	210.671
Carteira de câmbio	108.178	33.464	108.178	33.464
Fiscais e previdenciárias	71.221	61.694	178.175	128.278
Diversas	5.681	6.444	62.433	48.929
RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	297	318	50.759	46.278
Resultado de exercícios futuros	297	318	50.759	46.278
PARTICIPAÇÃO DE ACIONISTAS MINORITÁRIOS	-	-	608	16.173
Participação de acionistas minoritários	-	-	608	16.173
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.089.836	1.174.617	1.089.836	1.174.617
Capital social	1.404.908	1.403.014	1.404.908	1.403.014
Reserva de capital	-	1.894	-	1.894
Reserva de reavaliação	-	39	-	39
Ajustes de avaliação patrimonial	2.525	23.070	2.525	23.070
Prejuízos acumulados	(317.597)	(253.400)	(317.597)	(253.400)
TOTAL DO PASSIVO	8.520.652	5.696.506	9.674.161	7.587.233

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto o lucro (prejuízo) por lote de mil ações)

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
RECEITAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	209.888	(44.547)	626.147	166.931
Operações de crédito	32.004	(71.206)	489.112	330.512
Operações de arrendamento mercantil	-	-	21.093	911
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	182.337	128.566	124.649	141.822
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(4.453)	(101.907)	(8.707)	(306.314)
DESPESAS DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	(153.154)	110.624	(318.396)	(12.871)
Operações de captações no mercado	(84.266)	(49.472)	(102.521)	(108.910)
Operações de arrendamento mercantil	-	-	(15.371)	-
Operações de empréstimos e repasses	(46.139)	199.568	(83.237)	330.642
Resultado de operações com câmbio	(22.592)	(37.828)	(22.611)	(37.901)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(157)	(1.644)	(94.656)	(196.702)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIAÇÃO FINANCEIRA	56.734	66.077	307.751	154.060
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(58.558)	(87.444)	(293.727)	(249.237)
Receitas de prestação de serviços	7.722	5.818	20.021	25.947
Rendas de tarifas bancárias	-	-	5.265	-
Resultado de participações em controladas e coligadas	(11.697)	(55.734)	-	-
Despesas de pessoal	(16.061)	(20.906)	(84.730)	(100.599)
Outras despesas administrativas	(33.059)	(15.815)	(192.779)	(140.610)
Despesas tributárias	(1.569)	(2.318)	(25.888)	(30.241)
Outras receitas operacionais	11.130	17.659	44.331	29.017
Outras despesas operacionais	(15.024)	(16.148)	(59.947)	(32.751)
RESULTADO OPERACIONAL	(1.824)	(21.367)	14.024	(95.177)
RESULTADO NÃO OPERACIONAL	105	839	1.441	4.587
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOBRE RESULTADO	(1.719)	(20.528)	15.465	(90.590)
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	(12.724)	(11.331)	(29.899)	54.022
Provisão para imposto de renda corrente	(8.014)	(7.047)	(11.639)	(15.797)
Provisão para contribuição social corrente	(4.710)	(4.284)	(6.714)	(7.693)
Ativo fiscal diferido	-	-	(11.546)	77.512
PARTICIPAÇÕES ESTATUTÁRIAS NO RESULTADO	-	-	-	4.709
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA NO RESULTADO DE CONTROLADAS	-	-	(9)	-
PREJUÍZO LÍQUIDO DO SEMESTRE	(14.443)	(31.859)	(14.443)	(31.859)
PREJUÍZO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R$	(168,99)	(66,65)		

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais - R$)

	Capital social	Reserva de capital	Reservas de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008	1.388.014	1.805	39	18.106	(221.541)	1.186.423
Aumento de capital - AGE de 22/06/09	15.000	-	-	-	-	15.000
Atualização de títulos patrimoniais	-	89	-	-	-	89
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	4.964	-	4.964
Prejuízo líquido do exercício	-	-	-	-	(31.859)	(31.859)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009	1.403.014	1.894	39	23.070	(253.400)	1.174.617
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009	1.404.908	-	16	24.466	(303.177)	1.126.213
Reservas de reavaliação	-	-	(16)		23	7
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	(21.941)		(21.941)
Prejuízo líquido do semestre	-	-	-	-	(14.443)	(14.443)
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010	1.404.908	-	-	2.525	(317.597)	1.089.836

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E DE 2009 - (Em milhares de reais - R$)

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Prejuízo líquido do semestre	(14.443)	(31.859)	(14.443)	(31.859)
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa	40.855	64.478	209.211	138.279
Depreciações e amortizações	439	396	21.210	7.004
Superveniência de depreciação	-	-	(2.449)	(2.764)
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa	157	1.644	94.656	196.702
Constituição de provisão para contingências	4.332	6.704	35.243	14.849
Impostos diferidos	-	-	11.546	(77.512)
Reversão de provisão de desvalorização de outros valores e bens	-	-	(43)	-
Variação cambial de operações de crédito e empréstimos	9.268	-	23.706	-
Amortização do ágio	14.962	-	44.100	-
Reversão da provisão do ágio	-	-	(18.758)	-
Resultado de participação em controladas	11.697	55.734	-	-
Lucro líquido ajustado	26.412	32.619	194.768	106.420
Variação de ativos e obrigações	(595.145)	(275.761)	(256.649)	(329.346)
Redução em operações de arrendamento mercantil	-	-	2.543	-
(Aumento) redução em aplicações interfinanceiras de liquidez	(903.736)	(1.445.434)	10.292	(436.526)
Aumento em relações interdependências e interfinanceiras	(4.941)	(25.516)	(8.052)	(38.875)
(Aumento) redução em operações de crédito	(5.735)	121.876	713	(231.318)
Aumento em outros créditos	(2.963.489)	(814.134)	(2.956.483)	(831.066)
(Aumento) redução em outros valores e bens	19	(49)	(21.717)	(11.563)
Redução de bens não de uso	-	-	2.435	-
Aumento de imobilizado de arrendamento mercantil	-	-	(53.176)	(33.247)
Aumento (redução) em depósitos	(103.833)	1.162.687	(212.411)	389.671
Aumento (redução) no mercado aberto	-	15.799	(420.097)	66.395
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos	283.413	5.491	323.955	(92.090)
Aumento em outras obrigações	2.931.368	776.167	2.938.922	754.197
Aumento em Instrumentos financeiros derivativos	59.501	72.133	59.501	72.133
Participação de acionistas minoritários	-	-	(9.102)	(4.778)
Aumento (redução) em títulos e valores mobiliários	112.296	(144.534)	84.235	55.360
Aumento (redução) em resultados de exercícios futuros	(8)	(247)	1.793	12.361
Caixa líquido investido nas atividades operacionais	(568.733)	(243.142)	(61.881)	(222.926)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aquisição de investimentos	(8.632)	(52)	-	(52)
Alienação de investimentos	10	560	10	1.712
Alienação de imobilizado de uso	4	206	4.066	2.073
Aquisição de imobilizado de uso	(267)	(633)	(7.051)	
Aplicações no diferido	-	-	-	(135)
Aplicações no intangível	(30.069)	-	(30.069)	(297)
Caixa líquido oriundo das (investido nas) atividades de investimento	(38.954)	81	(33.044)	3.301
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento de capital	-	15.000	-	15.000
Outros financiamentos	-	-	(185)	-
Caixa líquido oriundo das (investido nas) atividades de financiamento	-	15.000	(185)	15.000
REDUÇÃO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	(607.687)	(228.061)	(95.110)	(204.625)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE	1.069.900	233.613	520.387	290.197
CAIXA E EQUIVALENTE S DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE	462.213	5.552	425.277	85.572

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Banco Société Générale Brasil S.A. ("Banco"), organizado sob a forma de banco múltiplo, está autorizado a operar com as carteiras comercial, inclusive câmbio, e de crédito, financiamento e investimentos. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro. Certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Société Générale Brasil ("Conglomerado" ou "Consolidado"). O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da Lei nº 6.404/76, tendo sido adotadas pela primeira vez no exercício de 2008 as alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, convertida na Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que forem aplicáveis. As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas conforme princípios de consolidação emanados da legislação societária brasileira e abrangem em 2010 e em 2009 o Banco Société Générale Brasil S.A. (líder do conglomerado) e suas controladas Société Générale Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil, Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, Sgam Sociedade Asset Management Brasil Ltda., Banco Cacique S.A. e Banco Pecúnia S.A., cuja elaboração das demonstrações financeiras individuais (Banco Cacique S.A., Banco Pecúnia S.A., e Société Générale Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil) é de responsabilidade direta de cada empresa, sendo a consolidação geral elaborada pelo líder do Conglomerado. Os montantes de receitas e despesas e os saldos de operações ativas e passivas entre as empresas foram eliminados das demonstrações financeiras consolidadas. Durante o semestre findo em 30 de junho de 2010, o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém nem todos homologados pelo BACEN. Dessa forma, o Banco, na elaboração das informações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: a) CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08; b) CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08; c) CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09; e d) CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.823/09.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Apuração do resultado - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços. **b) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moedas nacional e estrangeira e aplicações em ouro, no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e sendo utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Resolução BACEN nº. 3.604/08. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez -** São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos** - De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda" são avaliados pelo seu valor de mercado e os classificados como "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como "para negociação" são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do semestre. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajuste de avaliação patrimonial", líquido dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de "swap", de futuros e opções e são avaliados de acordo com os seguintes critérios: • Operações de "swap" - o diferencial a receber ou a pagar é avaliado de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustadas ao valor de mercado em contrapartida do resultado do semestre. Certos contratos de "swap" foram contratados em negociação associada a operações de crédito e, conforme permitido pelo BACEN, não foram ajustados ao valor de mercado; • Operações com opções - Os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados ao valor de mercado na rubrica de "Instrumentos financeiros derivativos" no ativo ou passivo, respectivamente, até o efetivo exercício da opção e contabilizado como redução ou aumento do custo do ativo objeto das opções, pelo seu efetivo exercício, ou como receita ou despesa no caso de não exercício; e • Operações de futuro - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como: I - "hedge" de risco de mercado; e II - "hedge" de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: (1) Para aqueles classificados na categoria I, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do semestre; e (2) Para aqueles classificados na categoria II, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários. **e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa -** As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução BACEN nº 2.682/99 que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda). As rendas das operações de crédito vencidas há mais de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas por cinco anos em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo "rating" em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. **f) Arrendamento mercantil -** Os arrendamentos a receber são atualizados monetariamente de acordo com as condições determinadas nos contratos de arrendamento e o efeito é creditado na conta de "Rendas a apropriar de arrendamento mercantil". As contraprestações de arrendamento são registradas como receitas da intermediação financeira pelo regime de vencimento das respectivas parcelas, conforme prevê a legislação aplicável. **g) Valores residuais garantidos -** Os valores residuais garantidos, os quais representam as opções de compra a vencer, bem como suas respectivas atualizações, são registrados na rubrica de "Valores residuais a realizar", tendo como contrapartida a rubrica de "Valores residuais a balancear". **h) Superveniência ou insuficiência de depreciação -** Na apuração do resultado do semestre é efetuado o cálculo do valor presente dos arrendamentos a receber, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato. O valor assim apurado é comparado com o saldo residual contábil dos bens arrendados e operações de arrendamento, registrando-se a diferença em insuficiência de depreciação, se negativa, ou superveniência de depreciação, se positiva. A superveniência de depreciação é creditada no resultado e a insuficiência de depreciação, quando apurada, é registrada também no resultado, como despesa, tendo como contrapartida o registro em bens arrendados. O efeito do imposto de renda sobre essa diferença é diferido. **i) Carteira de câmbio -** As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais, em bases "pró-rata" dia, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. **j) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo) -** São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar. **k) Investimentos -** • As participações em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. • As ações da Cetip S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, obtidas através da transformação da Cetip – Câmara de Liquidação e Custódia em Sociedade Anônima, foram registradas ao valor de custo, e o título patrimonial anteriormente possuído ajustado pelo valor patrimonial informado pela própria entidade e contabilizado na conta de "Reservas de capital" no patrimônio líquido. • Os demais investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável. **l) Imobilizado -** É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas. **m) Depreciações -** São calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, com as seguintes taxas anuais: sistemas de processamento de dados 20% e demais contas 10% . **n) Diferido -** É demonstrado pelo custo de aquisição ou formação e amortizado pelo método linear pelo prazo de cinco anos ou de vigência dos contratos de aluguel. **o) Intangível** - No Banco, está representado pelo ágio pago na aquisição das controladas Banco Pecúnia S.A. e Banco Cacique S.A., líquido de provisão para ajuste ao valor recuperável, a fim de remanescer o montante do benefício fiscal a ser por este auferido. No Consolidado, inclui também custo de aquisição ou formação. A amortização é feita pelo método linear pelo prazo de vigência das licenças de uso para os softwares. O ágio oriundo de incorporação reversa está sendo amortizado linearmente pelo prazo de 10 anos. **p) Valor de recuperação dos ativos -** Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior freqüência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. Em 30 de junho de 2010 e de 2009, não existem indícios de redução no valor recuperável dos ativos não monetários. **q) Atualização monetária de direitos e obrigações -** Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado. **r) Depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses -** São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base "pro rata" dia. **s) Contingências -** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias) são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução nº 3.823/09, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 25, emitido pelo CPC – Comite de Pronunciamentos Contábeis, sendo os principais critérios os seguintes: • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, com base na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa e sempre que os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não são passíveis de provisão ou divulgação; e • Obrigações legais (fiscais e previdenciárias) - referem-se a demandas administrativas ou judiciais em que estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos, independentemente de avaliação de risco de desfecho de causa, são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente. Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN. **t) Imposto de renda e contribuição social -** A provisão para imposto de renda é constituída com base nos rendimentos tributáveis à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual tributável excedente a R$ 240 (R$ 120 no semestre). A contribuição social apurada sobre o lucro líquido ajustado, na forma da legislação em vigor, é calculada à alíquota de 15%. **u) Mensuração a valor de mercado -** A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado (valor provável de realização) dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. **v) Uso de Estimativas Contábeis -** A preparação das demonstrações financerias exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa e dos passivos contingentes. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS

O nível de risco aceitável na condução dos negócios é definido pela Alta Administração do Consolidado, em conjunto com a matriz em Paris. Os diferentes tipos de risco são formalmente identificados e permanentemente monitorados por unidades especializadas, independentes das unidades de negócio. Essas unidades garantem que a exposição não ultrapasse os limites e critérios preestabelecidos e reportam a exposição e eventuais excessos à Alta Administração. A avaliação de todos os riscos é parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica no Consolidado. I. Risco de crédito - Em linha com as melhores práticas, o gerenciamento de Risco de Crédito do Consolidado é um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferição e do diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados à análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentração, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira. II. Risco de mercado - A área de Risco de Mercado é gerenciada por meio de metodologias e modelos condizentes com a

continua

SOCIETE GENERALE
Corporate & Investment Banking

Banco Société Générale Brasil S.A. e Consolidado

(Sistema Financeiro Société Générale Brasil)

CNPJ 61.533.584/0001-55
Avenida Paulista, 2300 - 9º andar
Cerqueira César - CEP 01310-300
São Paulo - SP
Telefone: 0xx11 3217-8000
www.sgbrasil.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

realidade dos mercados nacional e internacional, permitindo embasar as decisões estratégicas do Consolidado com agilidade, transparência e alto grau de confiança. É a área responsável pela implementação da estrutura de risco de mercado no Consolidado, sendo independente das áreas de negócio, com funções específicas, responsabilidades claramente definidas e instrumentos apropriados que lhe possibilitam a identificação, a avaliação, o monitoramento e o controle dos riscos, estabelecendo padrões e procedimentos de gestão de risco em conformidade com as recomendações do BACEN. Além disso, possui os recursos humanos adequados para estruturar o processo de gerenciamento de risco, em conformidade com normas internas e externas. Essa área informa a Alta Administração sobre a exposição aos riscos de mercado e divulga as informações sobre o risco de mercado aos órgãos reguladores, bem como as linhas de negócios internas e externas. III. Risco de liquidez - O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das operações. IV. Risco operacional - Conforme a Resolução BACEN 3.380, de 29 de junho de 2006, o Consolidado identifica e monitora a sua exposição ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) avaliação de riscos inerentes e controles internos por área, que define o perfil de risco residual por categoria de risco, conforme metodologia requerida pelo acordo da Basiléia II (nota explicativa nº 25); essa avaliação é revisada no mínimo anualmente e desencadeia planos de ações mitigantes a partir de um certo nível de exposição; ii) análise sistemática das perdas operacionais históricas; iii) monitoramento mensal de indicadores de riscos; iv) controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de ações corretivas; v) controles de conformidade e de prevenção à lavagem de dinheiro ("compliance"); vi) plano de continuidade de negócios; vii) Comitê de novos produtos; e viii) campanhas de conscientização dos colaboradores. Os resultados deste conjunto de instrumentos são revisados periodicamente por um comitê dedicado, no intuito de tomar as ações mitigantes consideradas necessárias. Para efeito de alocação de capital regulamentar, previsto no § 1º do art. 1º da Circular nº 3.383, de 30 de abril de 2008, o Conglomerado adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada.

5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação dos títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2010 e de 2009 por categoria:

	Banco			
	2010		2009	
	Valor na curva	Valor de mercado	Valor na curva	Valor de mercado
Títulos e valores mobiliários:				
Carteira própria:	331.912	331.294	377.463	378.172
Títulos para negociação:	328.431	327.813	318.282	318.991
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	3.201	3.201	1.170	1.170
Letras do Tesouro Nacional - LTN	325.230	324.612	316.787	317.490
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	325	331
Títulos disponíveis para venda:	3.481	3.481	59.181	59.181
Ações de companhias abertas – BM&FBOVESPA	-	-	30.997	30.997
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	3.481	3.481	28.184	28.184
Vinculados a operações compromissadas	-	-	15.727	15.806
Títulos para negociação:	-	-	15.727	15.806
Letras do Tesouro Nacional – LTN	-	-	15.727	15.806
Vinculados à prestação de garantias:	528.582	527.122	471.005	479.339
Títulos para negociação:	528.582	527.122	220.093	221.971
Letras do Tesouro Nacional - LTN	528.582	527.122	179.605	180.802
Notas do Tesouro Nacional – NTN	-	-	40.488	41.169
Títulos disponíveis para venda:	-	-	250.912	257.368
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	140.903	143.813
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	110.009	113.555
Total	860.494	858.416	864.195	873.317

	Consolidado			
	2010		2009	
	Valor na curva	Valor de mercado	Valor na curva	Valor de mercado
Carteira própria:	1.019.106	1.018.135	904.005	904.544
Títulos para negociação:	883.178	882.255	729.183	729.757
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	553.453	553.305	405.392	405.257
Letras do Tesouro Nacional - LTN	329.725	328.950	323.466	324.169
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	325	331
Títulos disponíveis para venda:	135.928	135.880	174.822	174.787
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	132.447	132.399	115.641	115.606
Ações de Companhias Abertas -BM&FBOVESPA	-	-	30.997	30.997
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios – FIDC	3.481	3.481	28.184	28.184
Vinculados a operações compromissadas:	33.568	33.552	72.991	73.032
Títulos para negociação:	33.568	33.552	72.991	73.032
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	33.568	33.552	57.264	57.226
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	15.727	15.806
Vinculados à prestação de garantias:	689.716	687.683	708.532	716.745
Títulos para negociação:	654.126	652.102	408.053	409.819
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	115.802	115.758	181.552	181.440
Letras do Tesouro Nacional - LTN	538.324	536.344	186.013	187.210
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	40.488	41.169
Títulos disponíveis para venda:	35.590	35.581	300.479	306.926
Letras do Tesouro Nacional - LTN	-	-	140.903	143.813
Notas do Tesouro Nacional - NTN	-	-	110.009	113.555
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	17.398	17.389	29.716	29.707
Certificado de Depósito Bancário	18.192	18.192	19.851	19.851
Total	1.742.390	1.739.370	1.685.528	1.694.321

O valor de mercado dos títulos públicos e privados e ações de companhias abertas foi apurado, respectivamente, com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA-Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais e pelas cotações divulgadas pela BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros. As aplicações em cotas de fundos de investimento foram atualizadas com base nos respectivos valores unitários das quotas divulgados pelos administradores dos fundos. As ações de companhias abertas estão custodiados na Companhia Brasileira de Liquidação e Custódia - CBLC. Os CDBs e os títulos públicos estão custodiados na CETIP e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - Selic, respectivamente. As cotas de fundos de investimento estão custodiadas no respectivo administrador do fundo.

b) Composição por prazo de vencimento

	Banco					
	2010			2009		
	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total
Sem vencimento	-	3.481	3.481	-	59.181	59.181
A vencer até 1 mês	60.731	-	60.731	89.607	-	89.607
A vencer entre 1 e 12 meses	794.204	-	794.204	467.161	143.813	610.974
A vencer entre 1 e 5 anos	-	-	-	-	113.555	113.555
Total	854.935	3.481	858.416	556.768	316.549	873.317

	Consolidado					
	2010			2009		
	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total
Sem vencimento	-	3.481	3.481	-	59.181	59.181
A vencer até 1 mês	62.277	-	62.277	89.969	-	89.969
A vencer entre 1 e 12 meses	885.963	26.739	912.702	479.886	143.813	623.699
A vencer entre 1 e 5 anos	619.669	141.241	760.910	642.753	278.719	921.472
Total	1.567.909	171.461	1.739.370	1.212.608	481.713	1.694.321

Os títulos e valores mobiliários classificados como "para negociação" estão classificados no ativo circulante, independentemente do prazo de vencimento.

c) Composição por emissor

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Títulos para negociação	854.935	556.768	1.567.909	1.212.608
Públicos	854.935	556.768	1.567.909	1.212.608
Governo Federal	854.935	556.768	1.567.909	1.212.608
Títulos disponíveis para venda	3.481	316.549	171.461	481.713
Públicos	-	257.368	149.788	402.681
Governo Federal	-	257.368	149.788	402.681
Privado	3.481	59.181	21.673	79.032
BM&FBOVESPA	-	30.997	-	30.997
Certificado de Depósito Bancário	-	-	18.192	19.851
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	3.481	28.184	3.481	28.184
Total	858.416	873.317	1.739.370	1.694.321

d) Instrumentos financeiros derivativos - O Banco e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos que se destinam a atender às necessidades próprias e de seus clientes. Os instrumentos financeiros derivativos utilizados são, principalmente, os de alta liquidez nos mercados futuros (BM&FBOVESPA). Demonstramos a seguir a relação dos derivativos, por indexador, avaliados a mercado de acordo com a metodologia descrita na Circular BACEN nº 3.082/02:

Em 30 de junho de 2010

"Swap"	Banco e Consolidado – Valores a receber (pagar)				
		Valor contábil			
Indexador	Valor de referência	Operações registradas na CETIP	Operações registradas na BM&F	Líquido	Valor de mercado líquido
CDI x dólar	832.320	55.012	15.381	70.393	48.028
CDI x euro	38.110	3.311	-	3.311	3.311
CDI x Libor (Fluxo de caixa)	10.444	(255)	-	(255)	(255)
Dólar x CDI	381.557	-	(147.322)	(147.322)	(147.322)
Dólar x dólar (NDF)	1.756	30	-	30	30
Dólar x euro (NDF)	26.840	328	-	328	328
Dólar x IGP-M	58.494	-	(37.339)	(37.339)	(37.339)
Dólar x pré	1.844.902	(101.862)	-	(101.862)	(101.862)
Euro x euro (NDF)	3.054	264	-	264	264
Euro x pré	11.316	(637)	-	(637)	(637)
IGP-M x dólar	58.494	41.938	-	41.938	41.938
Libor x dólar (Fluxo de caixa)	10.444	(624)	-	(624)	(624)
Pré x CDI	13.512	1.067	-	1.067	1.067
Pré x libra (NDF)	122	13	-	13	13
Pré x yen (NDF)	34	-	-	-	-
Pré x dólar	275.921	24.999	-	24.999	5.148
Pré x dólar (NDF)	383.822	(55)	-	(55)	(55)
Pré x franco (NDF)	412	(18)	-	(18)	(18)
Pré x euro (NDF)	173.249	11.394	-	11.394	11.394
Total	4.124.803	34.905	(169.280)	(134.375)	(176.591)

Em 30 de junho de 2009

"Swap"	Banco e Consolidado – Valores a receber (pagar)				
		Valor contábil			
Indexador	Valor de referência	Operações registradas na CETIP	Operações registradas na BM&F	Líquido	Valor de mercado líquido
CDI x Dólar	365.172	44.770	(3.094)	41.676	37.954
Dólar x CDI	229.548	-	(103.399)	(103.399)	(103.399)
Dólar x Pré	210.000	(3.206)	-	(3.206)	(3.206)
Pré x Dólar (NDF)	633.381	25.786	-	25.786	25.786
Pré x Dólar	180.771	2.346	-	2.346	5.516
Pré x CDI	15.337	926	-	926	929
Dólar x IGP-M	87.719	-	(38.150)	(38.150)	(38.150)
IGP-M x Dólar	87.719	43.143	-	43.143	43.143
Pré x Euro (NDF)	61.164	1.352	-	1.352	1.352
CDI x Libor (Fluxo de Caixa)	15.666	(1.771)	-	(1.771)	(1.771)
Libor x Dólar (Fluxo de Caixa)	15.666	(1.129)	-	(1.129)	(1.129)
Total	1.902.143	112.217	(144.643)	(32.426)	(32.975)

Diferencial a receber (pagar)

	Banco e Consolidado				
	2010		2009		
	"Swap"	Total	"Swap"	Opções	Total
Curto prazo	111.080	111.080	80.503	33	80.536
Longo prazo	53.943	53.943	66.428	-	66.428
Saldo registrado no ativo:	165.023	165.023	146.931	33	146.964
Curto prazo	(217.079)	(217.079)	(37.225)	(33)	(37.258)
Longo prazo	(82.319)	(82.319)	(142.132)	-	(142.132)
Saldo registrado no passivo:	(299.398)	(299.398)	(179.357)	(33)	(179.390)
Diferencial líquido a pagar	(134.375)	(134.375)	(32.426)	-	(32.426)

Prêmios de opções

	Banco e Consolidado – 2009		
Compromisso de compra e venda	Valor de referência	Operações registradas na BM&F	Líquido
Compra de opção de compra – Dólar	405	33	33
Venda de opção de compra – Dólar	405	(33)	(33)
Total	810	-	-

Mercado futuro

	Banco			
	2010		2009	
Mercadoria	Valor dos contratos	Ajuste a receber(pagar)	Valor dos contratos	Ajuste a receber(a pagar)
DDI	3.334.878	(3.531)	984.766	(1.975)
DI	2.391.727	863	470.090	99
Dólar	318.141	(659)	474.106	194
Euro	39.483	131	-	-
Total	6.084.229	(3.196)	1.928.962	(1.682)

	Consolidado			
	2010		2009	
Mercadoria	Valor dos contratos	Ajuste a receber(pagar)	Valor dos contratos	Ajuste a receber(a pagar)
DDI	4.168.979	(9.184)	2.006.406	(4.755)
DI	3.198.264	1.472	1.492.934	(564)
Dólar	324.468	(643)	484.452	225
Euro	39.483	131	-	-
Total	7.731.194	(8.224)	3.983.792	(5.094)

Em virtude da avaliação dos instrumentos financeiros derivativos, utilizados para "hedge" dos empréstimos em moeda estrangeira e parte das operações de créditos prefixadas, pelo valor de mercado, conforme requerido pela Circular BACEN nº 3.082/02, as perdas líquidas registradas no resultado do semestre findo em 30 de junho de 2010 totalizaram no Banco R$ 1.404 (R$ 1.827 em 2009) e no Consolidado perda de R$ 5.658 (perda de R$ 166.999 em 2009). Demonstrativo do resultado apurado com os instrumentos financeiros derivativos:

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Mercado futuro				
DDI	(2.963)	-	(113)	-
DI	1.559	-	(5.544)	-
Dólar	-	-	(1)	-
"Swap"				-
Dólar x DI1	-	(1.827)	-	(166.999)
Total	(1.404)	(1.827)	(5.658)	(166.999)

O valor de mercado dos derivativos foi apurado com base nas taxas médias divulgadas pela BM&F BOVESPA. A margem dada em garantia das operações negociadas na BM&FBOVESPA com instrumentos financeiros derivativos é composta por títulos públicos federais, no montante de R$ 527.122 no Banco e R$ 687.683 no Consolidado. Em 2009, havia R$ 479.339 no Banco e R$ 716.745 no Consolidado. Os contratos de "swap", futuros e opções têm os seguintes vencimentos em dias, com base nos valores referenciais:

Em 30 de junho de 2010

	Banco – Valores referenciais				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total de contratos
"Swap"	1.628.182	1.928.683	554.430	13.508	4.124.803
Futuros	2.187.814	1.815.909	1.981.483	99.023	6.084.229
Total	3.815.996	3.744.592	2.535.913	112.531	10.209.032

Em 30 de junho de 2009

	Banco – Valores referenciais				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total de contratos
"Swap"	458.791	491.026	831.593	120.733	1.902.143
Futuros	943.676	412.314	550.562	22.410	1.928.962
Opções	810	-	-	-	810
Total	1.403.277	903.340	1.382.155	143.143	3.831.915

Em 30 de junho de 2010

	Consolidado – Valores referenciais				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total de contratos
"Swap"	1.628.182	1.928.683	554.430	13.508	4.124.803
Futuros	2.620.268	2.037.918	2.937.095	135.913	7.731.194
Total	4.248.450	3.966.601	3.491.525	149.421	11.855.997

Em 30 de junho de 2009

	Consolidado – Valores referenciais				
	Até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total de contratos
"Swap"	458.791	491.026	831.593	120.733	1.902.143
Futuros	1.412.453	618.127	1.953.212	-	3.983.792
Opções	810	-	-	-	810
Total	1.872.054	1.109.153	2.784.805	120.733	5.886.745

Derivativos utilizados como instrumentos de "hedge"

Os derivativos utilizados como instrumentos de "hedge" por indexador eram representados como segue:

-"Hedge" de risco de mercado

Em 30 de junho de 2010

Banco			
Objeto de "hedge"	**Valor de curva**	**Valor de mercado**	**Ajuste de margem**
Captações externas - variação cambial	(621.904)	(625.709)	(3.805)
Contratos de futuro	**Valor de curva**	**Valor de mercado**	**Ajuste de margem**
Ativo			
DDI	621.904	625.604	3.700

Consolidado			
Objeto de "hedge"	**Valor de curva**	**Valor de mercado**	**Ajuste de margem**
Captações externas - variação cambial	(1.310.245)	(1.322.803)	(12.558)
Operação de crédito - Taxa de juros pré (reais)	189.276	196.604	7.328
Contratos de futuro	**Valor de curva**	**Valor de mercado**	**Ajuste de margem**
Ativo			
DDI	1.319.564	1.330.901	11.337
Passivo			
DI	(212.035)	(219.905)	(7.870)

Em 30 de junho de 2009

Banco			
Objeto de "hedge"	**Valor de curva**	**Valor de mercado**	**Ajuste de margem**
Captações externas - variação cambial	(406.883)	(408.556)	(1.673)
Contratos de futuro	**Valor de curva**	**Valor de mercado**	**Ajuste de margem**
Ativo			
DDI	406.883	408.721	1.838

Consolidado			
Objeto de "hedge"	**Valor de curva**	**Valor de mercado**	**Ajuste de margem**
Captações externas - variação cambial	(1.199.404)	(1.211.213)	(11.809)
Operação de crédito - Taxa de juros pré (reais)	583.337	599.183	15.846
Contratos de Futuro	**Valor de curva**	**Valor de mercado**	**Ajuste de margem**
Ativo			
DDI	1.211.421	1.222.409	10.988
Passivo			
DI	(611.054)	(630.575)	(19.521)

6. NEGOCIAÇÃO E INTERMEDIAÇÃO DE VALORES

a) Ativo

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Operação:				
Mercado futuro (nota explicativa nº 5 d)	-	-	495	591
Marcação a mercado do item objeto de hedge de operações de crédito	-	-	7.328	15.846
Prêmio de opção - Compra opção de compra-Dólar	-	33	-	-
Prêmio de opção - Venda de opção de compra-Dólar	-	(33)	-	-
Total	-	-	7.823	16.437

b) Passivo

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Operação:				
Mercado futuro (nota explicativa nº 5 d)	3.196	1.682	8.719	5.685
Resolução 2689/00 do Bacen	-	-	-	6.930
Valores a processar conta convênio público	-	-	2.824	5.257
Outros	-	-	1.029	-
Total	3.196	1.682	12.572	17.872

7. OPERAÇÕES DE CRÉDITO E ARRENDAMENTO MERCANTIL

a) Tipo de operação:

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Empréstimos e títulos descontados	360.398	349.423	1.951.751	2.301.078
Financiamentos	122.887	215.616	932.468	787.302
Total das operações de crédito	483.285	565.039	2.884.219	3.088.380
Adiantamentos sobre contratos de câmbio e rendas a receber (nota explicativa nº 10)	129.684	255.053	129.684	255.053
Outros créditos – títulos e créditos a receber (nota explicativa nº 11)	-	-	3.092	12.999
Total de outros créditos	129.684	255.053	132.776	268.052
Total de operações de arrendamento mercantil (nota explicativa nº 8)	-	-	84.861	22.196
Total do risco da carteira	612.969	820.092	3.101.856	3.378.628

b) Diversificação por atividade:

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Setor privado:				
Indústria	153.069	369.938	182.987	413.421
Comércio	343.800	376.720	382.163	432.479
Instituições financeiras	2.278	28.145	7.135	28.145
Pessoas físicas	243	454	2.303.487	2.394.828
Outros serviços	113.579	44.835	208.353	109.755
Setor público				
Governo federal	-	-	17.731	-
Total	612.969	820.092	3.101.856	3.378.628

c) Vencimento:

	Banco				Consolidado			
	2010		2009		2010		2009	
Prazo	Valor	%	Valor	%	Valor	%	Valor	%
Vencidas a partir de 15 dias	51	0,01	-	-	89.458	2,88	177.367	5,25
A vencer até 3 meses	199.415	32,53	194.298	23,69	649.054	20,92	757.865	22,43
A vencer de 3 a 12 meses	249.896	40,77	305.106	37,21	1.068.447	34,45	1.164.754	34,47
A vencer de 1 a 3 anos	161.169	26,29	303.027	36,94	1.059.793	34,17	1.243.513	36,81
A vencer de 3 a 5 anos	2.438	0,40	17.361	2,12	219.158	7,07	34.794	1,03
A vencer de 5 a 15 anos	-	-	300	0,04	15.946	0,51	335	0,01
Total	612.969	100,00	820.092	100,00	3.101.856	100,00	3.378.628	100,00

d) Concentração da carteira de crédito:

	Banco				Consolidado			
	2010		2009		2010		2009	
	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira	Valor	% sobre a carteira
Principal devedor	164.796	26,88	175.092	21,35	190.153	6,13	175.092	5,18
10 seguintes maiores devedores	397.452	64,84	505.461	61,63	492.751	15,89	572.334	16,94
20 seguintes maiores devedores	50.689	8,27	139.385	17,00	110.668	3,57	195.429	5,78
50 seguintes maiores devedores	32	0,01	154	0,02	20.130	0,65	38.712	1,15
100 seguintes maiores devedores	-	-	-	-	15.514	0,50	15.307	0,45
Demais devedores	-	-	-	-	2.272.640	73,27	2.381.754	70,50
Total	612.969	100,00	820.092	100,00	3.101.856	100,00	3.378.628	100,00

e) Nível de risco:

	Banco				
	2010			2009	
Nível	Curso Normal	Vencidos	Total	Curso normal	Total
AA	450.036	-	450.036	587.893	587.893
A	77.582	51	77.633	105.546	105.546
B	85.300	-	85.300	126.653	126.653
	612.918	51	612.969	820.092	820.092

	Consolidado					
	2010			2009		
Nível	Curso Normal	Vencidos	Total	Curso normal	Vencidos	Total
AA	533.397	-	533.397	610.089	-	610.089
A	2.082.025	51	2.082.076	2.148.107	-	2.148.107
B	156.524	23.650	180.174	175.788	29.821	205.609
C	33.898	27.140	61.038	27.333	28.589	55.922
D	28.383	18.810	47.193	21.458	20.300	41.758
E	15.017	13.231	28.248	14.066	22.206	36.272
F	10.500	13.369	23.869	12.016	25.745	37.761
G	8.197	12.104	20.301	8.354	24.102	32.456
H	37.373	88.187	125.560	57.420	153.234	210.654
	2.905.314	196.542	3.101.856	3.074.631	303.997	3.378.628

f) Provisão por nível de risco:

	Banco				Consolidado			
	2010		2009		2010		2009	
Nível	Total	Provisão	Total	Provisão	Total	Provisão	Total	Provisão
AA	450.036	-	587.893	-	533.397	-	610.089	-
A	77.633	388	105.546	529	2.082.077	10.411	2.148.107	10.740
B	85.300	853	126.653	1.266	180.174	1.801	205.609	2.056
C	-	-	-	-	61.038	1.831	55.922	1.678
D	-	-	-	-	47.192	4.719	41.758	4.176
E	-	-	-	-	28.248	8.475	36.272	10.881
F	-	-	-	-	23.869	11.934	37.761	18.881
G	-	-	-	-	20.301	14.212	32.456	22.719
H	-	-	-	-	125.560	125.560	210.654	210.654
	612.969	1.241	820.092	1.795	3.101.856	178.943	3.378.628	281.785

8. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL

As operações de arrendamento mercantil são contratadas de acordo com a taxa de juros prefixada, tendo o arrendatário a opção contratual de compra do bem. O valor dos contratos de arrendamento mercantil estão registrados ao valor presente, apurado com base na taxa interna de retorno de cada contrato. Esses contratos, em atendimento às normas do BACEN, são apresentados em diversas contas patrimoniais, as quais são resumidas conforme segue:

Arrendamento financeiro

	2010	2009
Arrendamentos a receber - setor privado	73.175	26.248
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(73.175)	(26.248)
Arrendamentos a receber - setor público	17.776	-
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(17.776)	-
Imobilizado de arrendamento, líquido de depreciação	89.650	20.557
Superveniência de depreciação	7.059	2.795
Credores por antecipação de valor residual (nota explicativa nº 11 c)	(11.848)	(1.156)
Valor presente dos contratos de arrendamento mercantil	84.861	22.196

Arrendamento operacional

	2010	2009
Arrendamentos a receber - setor privado	19.421	6.341
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(19.421)	(6.341)
Total	-	-

9. PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DUVIDOSA

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é assim resumida:

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Saldo inicial	1.084	19.026	223.468	226.661
Constituição	157	1.644	94.656	196.702
Baixas	-	(18.875)	(139.181)	(141.578)
Saldo final	1.241	1.795	178.943	281.785

No Consolidado, durante o semestre findo em 30 de junho de 2010, foram recuperados créditos anteriormente baixados contra provisão para créditos de liquidação duvidosa no montante de R$ 21.529 (R$ 8.992 em 2009), e no Banco não foram recuperados créditos anteriormente baixados contra provisão, no semestre findo em 30 de junho de 2010.

continua

SOCIETE GENERALE
Corporate & Investment Banking

Banco Société Générale Brasil S.A. e Consolidado

(Sistema Financeiro Société Générale Brasil)

CNPJ 61.533.584/0001-55
Avenida Paulista, 2300 - 9º andar
Cerqueira César - CEP 01310-300
São Paulo - SP
Telefone: 0xx11 3217-8000
www.sgbrasil.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

10. CARTEIRA DE CÂMBIO

	Banco e Consolidado	
	2010	2009
Ativo:		
Câmbio comprado a liquidar	1.761.775	775.992
Direitos sobre venda de câmbio	1.903.213	469.187
Adiantamentos em moeda nacional recebidos	(1.317)	(1.269)
Rendas a receber de adiantamentos concedidos (nota explicativa nº 7 a)	3.059	2.464
Total	3.666.730	1.246.374
Passivo:		
Câmbio vendido a liquidar	1.895.946	464.491
Obrigações por compra de câmbio	1.789.038	803.062
Adiantamentos sobre contratos de câmbio – exportação (nota explicativa nº 7 a)	(126.625)	(252.589)
Total	3.558.359	1.014.964

11. OUTROS CRÉDITOS E OUTRAS OBRIGAÇÕES

a) Outros créditos – diversos:

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Adiantamentos e antecipações salariais	1.386	1.288	3.565	3.366
Adiantamentos para pagamentos de nossa conta	1	3	812	322
Créditos tributários - imposto de renda e contribuição social (nota explicativa nº 20 b)	-	-	240.365	222.410
Devedores por depósitos em garantia (*)	43.956	17.684	66.071	36.178
Impostos e contribuições a compensar	11.702	6.701	24.709	36.265
Títulos e créditos a receber (nota explicativa nº 7 a)	-	-	3.092	12.999
Valores a receber de ligadas (nota explicativa nº 21)	29	46	-	-
Devedores diversos no exterior (**)	8.854	7.492	8.854	7.492
Parcelas de arrendamento a compensar	-	-	591	-
Outros	212	176	11.066	11.357
Total	66.140	33.390	359.125	330.389
Curto prazo	22.106	14.194	50.447	68.981
Longo prazo	44.034	19.196	308.678	261.408
Total	66.140	33.390	359.125	330.389

(*) Refere-se basicamente a depósitos judiciais sobre discussões decorrentes de imposto de renda sobre operações de "Box quatro pontas", pedido de restituição e compensação de IRRF com créditos de IRPJ e Contribuição Provisória de Movimentação Financeira - CPMF. Vide nota explicativa nº 13.iii.
(**) Refere-se a serviços prestados pelo Société Générale Corporate & Investment Bank - Paris.

b)Outras obrigações - fiscais e previdenciárias:

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Provisão para impostos e contribuições a pagar	13.097	11.331	21.896	35.274
Impostos e contribuições a recolher	2.363	1.585	12.680	10.106
Provisão para imposto de renda e contribuição social diferidos (nota explicativa nº 20 d)	1.703	10.543	13.982	12.490
Provisão para riscos fiscais (*) (nota explicativa nº 13. i)	71.221	61.694	166.366	127.030
Outros	-	-	-	71
Total	88.384	85.153	214.924	184.971
Curto prazo	17.163	23.459	36.749	56.693
Longo prazo	71.221	61.694	178.175	128.278
Total	88.384	85.153	214.924	184.971

(*) No Consolidado, inclui, em 2010, o montante de R$ 60.589 (R$ 51.204 em 2009) relativo à diferença entre o valor da Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS devida e o valor efetivamente recolhido pela controlada Banco Pecúnia S.A. Os consultores jurídicos da controlada indicam como possível a possibilidade de perda, contudo, o referido tributo está provisionado como obrigação legal.

c) Outras obrigações - diversas:

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Cheques administrativos	-	-	743	1.403
Obrigação por aquisição de bens e direitos	-	47	32	1.231
Provisão para contingências trabalhistas (a) (nota explicativa nº 13. i)	5.354	6.255	17.539	13.765
Provisão para passivos contingentes cíveis (nota explicativa nº 13. i)	137	-	14.311	11.246
Provisão com despesas de pessoal	8.888	8.262	24.528	20.225
Provisão para despesas de publicação	215	150	229	150
Provisão para pagamentos a efetuar (b)	-	-	28.990	26.656
Provisão para pagamentos a fornecedores	756	760	23.253	5.240
Provisão para créditos cedidos com coobrigação (nota explicativa nº 26.b)	-	-	1.030	273
Provisão para contingências com perdas com cheques devolvidos	-	-	-	198
Provisão para pagamento de lojistas	-	-	1.607	2.984
Provisão para devolução de encargos recebidos em liquidação antecipada de contratos	-	-	-	1.544
Recebimentos a processar (c)	-	-	10.150	33.651
Credores por antecipação de valor residual (nota explicativa nº 8)	-	-	11.848	1.156
Credores diversos - exterior - partes relacionadas (nota explicativa nº 21)	4.043	2.447	14.466	2.447
Valores a pagar sociedades ligadas (nota explicativa nº 21)	807	-	807	-
Outras	675	749	7.936	3.611
Total	20.875	18.670	157.469	125.780
Curto prazo	15.194	12.226	95.036	76.851
Longo prazo	5.681	6.444	62.433	48.929
Total	20.875	18.670	157.469	125.780

(a) O Banco e suas controladas estão envolvidos em processos trabalhistas, representados por reclamações trabalhistas diversas, cuja provisão para contingências é constituída com base em análise e avaliação efetuadas pelos assessores jurídicos. As ações passíveis de provisão são aquelas cujo risco de perda classificado pelos assessores jurídicos é provável ou quando a ação se encontra em fase de execução, independentemente de sua classificação de risco. (b) No Consolidado, refere-se, principalmente, a valor a pagar aos antigos acionistas pela aquisição das ações do Banco Pecúnia S.A. (pela Galo S.A., incorporada em 1º. de maio de 2008) a ser liquidado em cinco parcelas iguais, a cada aniversário da assinatura do contrato de compra, datado de 29 de março de 2007, no montante de R$ 18.959 (R$ 21.499 em 2009), acrescido da variação do CDI. (c) No Consolidado, refere-se, principalmente a valores a serem repassados aos cessionários, relativo a créditos cedidos cujo recebimento é efetuado pela controlada Banco Cacique S.A. O ajuste financeiro referente a diferença entre os valores recebidos e os valores a serem repassados aos cessionários é apropriado por competência na rubrica "Receitas de operações de crédito".

12. DESPESAS ANTECIPADAS

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Seguros	15	66	15	66
Fianças	-	-	50	13
Vale transporte	-	-	35	34
Aluguéis	-	-	-	55
Despesas com encargos contratuais	-	-	1.302	1.708
Comissões (*)	-	-	55.642	35.527
Outras	-	-	103	70
Total	15	66	57.147	37.473
Curto prazo	15	66	26.702	15.820
Longo prazo	-	-	30.445	21.653
Total	15	66	57.147	37.473

(*) Referem-se, principalmente, a serviços pagos antecipadamente pela análise de crédito e contratação de financiamento, sendo as despesas apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos contratos em carteira.

13. PASSIVOS CONTINGENTES

O Banco e suas controladas são parte em vários processos judiciais envolvendo principalmente contingências tributárias e reclamações trabalhistas.

i. Saldos das provisões constituídas

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Contingências fiscais (nota explicativa nº 11 b)	71.221	61.694	166.366	127.030
Contingências trabalhistas (nota explicativa nº 11 c)	5.354	6.255	17.539	13.765
Contingências cíveis (nota explicativa nº 11 c)	137	-	14.311	11.246
Total	76.712	67.949	198.216	152.041

ii. Movimentação das provisões passivas

Em 30 de junho de 2010

Banco	Contingências fiscais	Contingências trabalhistas	Contingências cíveis	Total
Saldo inicial	65.864	6.379	942	73.185
Constituição (*)	4.446	-	881	5.327
Atualização (*)	1.449	216	14	1.679
Reversão (**)	(538)	(1.241)	(895)	(2.674)
Baixas	-	-	(805)	(805)
Saldo final	71.221	5.354	137	76.712

Consolidado	Contingências fiscais	Contingências trabalhistas	Contingências cíveis	Total
Saldo inicial	135.632	16.003	12.977	164.612
Constituição (*)	30.193	3.730	3.113	37.036
Baixas	-	(834)	(805)	(1.639)
Reversão (**)	(2.494)	(1.576)	(988)	(5.058)
Atualização (*)	3.035	216	14	3.265
Saldo final	166.366	17.539	14.311	198.216

Em 30 de junho de 2009

Banco	Contingências fiscais	Contingências trabalhistas	Total
Saldo inicial	55.272	5.973	61.245
Constituição (*)	4.959	-	4.959
Atualização (*)	1.463	282	1.745
Saldo final	61.694	6.255	67.949

Consolidado	Contingências fiscais	Contingências trabalhistas	Contingências cíveis	Total
Saldo inicial	116.226	12.332	9.243	137.801
Constituição (*)	7.135	1.815	2.003	10.953
Baixas	-	(609)	-	(609)
Atualização (*)	3.614	282	-	3.896
Reclassificação	55	(55)	-	-
Saldo final	127.030	13.765	11.246	152.041

(*) Nota explicativa nº 24. (**) Nota explicativa nº 23.

iii. Detalhamento das contingências fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda:

Em 30 de junho de 2010

Banco	Contingências fiscais e obrigações legais		Contingências trabalhistas		Contingências cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis (a)	71.221	71.221	4.701	4.701	137	137
Perdas possíveis (b)	69.347	-	414	283	7.285	-
Perdas remotas	45.921	-	370	370	6.688	-
Total de provisões	186.489	71.221	5.485	5.354	14.110	137

(a) Perdas prováveis - Contingências fiscais e obrigações legais: Referem-se à provisão para obrigação legal e contingências relacionadas a questões tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avaliação efetuada pelos assessores jurídicos do Banco. As principais discussões estão relacionadas à ampliação da base de cálculo de PIS e da COFINS (Lei 9.718/98), dedutibilidade do expurgo inflacionário referente à Lei 8.200/91, valores recolhidos indevidamente a título de PIS de acordo com os Decretos-Lei nº.2.445/88 e nº. 2.449/88 e Finsocial referente aos anos de 1991 e 1992. Trabalhistas: Referem-se à provisão para processos movidos por ex-funcionários de diversas localidades. Os questionamentos são sobre pré-contratação para cargos técnicos e cargos de confiança, horas extras e reflexos. Cerca de 82% dos processos encontram-se em fase de execução. Cíveis: Tratam-se de ações judiciais em que o Banco figura como autor ou como réu. No primeiro caso, a condenação ao pagamento de certa quantia refere-se aos honorários de sucumbência e custas processuais devidos em razão do julgamento desfavorável ao Banco (autor da demanda). Referida condenação tem fundamento na legislação processual civil. No segundo caso, a condenação ao pagamento de certa quantia está relacionado ao julgamento favorável das demandas propostas contra o Banco, cujos pedidos são: indenização por dano material e moral e revisão de contrato bancário/operações de crédito (nesta última hipótese, após perícia judicial, apura-se saldo em favor do cliente/autor). A provisão nas ações judiciais cíveis é embasada na análise da jurisprudência aplicável, nas decisões obtidas no caso em concreto, na fase do processo (instância) e na condenação ao pagamento de quantia líquida e certa. Tal análise é realizada pelos escritórios externos e em conjunto com um comitê interno do Banco. (b) Perdas possíveis - Contingências fiscais e obrigações legais: Referem-se às contingências relacionadas a questões tributárias em diversas instâncias, conforme avaliações efetuadas pelos assessores jurídicos do Banco. As principais discussões são decorrentes de imposto de renda sobre operações de "box quatro pontas" no montante de R$ 34.478, e pedido de restituição e compensação de IRRF com créditos de IRPJ no montante de R$ 26.507. Trabalhistas: Referem-se aos processos movidos por ex-funcionários de diversas localidades. Os questionamentos são sobre pré-contratação para cargos técnicos e cargos de confiança, horas extras e reflexos. Cerca de 25% dos processos encontram-se em fase de execução. Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados.

Consolidado	Contingências fiscais e obrigações legais		Contingências trabalhistas		Contingências cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis (a)	81.533	81.533	12.177	12.177	14.311	14.311
Perdas possíveis (b)	186.808	84.833	11.073	4.992	37.650	-
Perdas remotas	73.559	-	41.489	370	10.186	-
Total de provisões	341.900	166.366	64.739	17.539	62.147	14.311

(a) Perdas prováveis - Contingências fiscais e obrigações legais: Referem-se à provisão para obrigação legal e contingências relacionadas a questões tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avaliação efetuada pelos assessores jurídicos do Consolidado. As principais discussões estão relacionadas a ampliação da base de cálculo do PIS e da COFINS (Lei 9.718/98), dedutibilidade do expurgo inflacionário referente à Lei 8.200/91, Finsocial referente aos anos 1991 e 1992, valores recolhidos indevidamente a título de PIS de acordo com os Decretos-Lei nº. 2.445/88 e nº. 2.449/88, progressividade de alíquotas do IPTU-SP, adicional de 10% do FGTS e questionamento sobre a exigibilidade das contribuições sociais ao SESC/SENAC. IRPJ EX 1989 – Recolhimento de quota sem atualização monetária – Autos conclusos, aguardando levantamento dos depósitos judiciais por parte da União. CSLL – Majoração de alíquota de 10% para 15% - A Lei 8114/90 majorou a alíquota da CSLL de 10% para 15%. Os valores do questionamento foram depositados em juízo. Aguarda-se a distribuição do Recurso Extraordinário perante STF. Salário Educação – Ação judicial para afastar a exigibilidade do recolhimento das contribuições para a previdência social a título de salário educação. Trabalhistas: Referem-se à provisão para processos movidos por ex-funcionários de diversas localidades. Os questionamentos são sobre pré-contratação de horas extras para cargos técnicos e cargo de confiança, bem como seus reflexos. Há também ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas com pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas rescisórias. Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados. Cíveis: São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se a indenização por dano material e/ou moral em decorrência da relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos e prestações de financiamentos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na situação de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos. (b) Perdas possíveis - Contingências fiscais e obrigações legais: Referem-se às contingências relacionadas a questões tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avaliação efetuada pelos assessores legais do Consolidado. A principal discussão está relacionada à ampliação da base de cálculo da COFINS (Lei 9.718/98). Plano Verão – Trata-se de ação judicial contestando os índices de correção monetária de balanço de 1990. Não há depósito judicial. O processo está na 12ª Vara da Justiça Federal, aguardando julgamento. PIS Emenda Constitucional – 17/97 – Trata-se de ação judicial para afastar a exigência da contribuição para o PIS de forma retroativa e durante o período de 90 dias da publicação da EC 17/97 para fins de recolhimento de PIS Receita Bruta. Aguarda-se julgamento de recurso de paradigma no Supremo Tribunal Federal. Trabalhistas: Referem-se aos processos movidos por ex-funcionários. Os questionamentos são sobre pré-contratação para cargos técnicos e cargos de confiança, horas extras e reflexos. Cerca de 80% dos processos encontra-se em fase de execução. Cíveis: As contingências cíveis referem-se às ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito, incluindo dano material e/ou moral.

Em 30 de junho de 2009

Banco	Contingências fiscais e obrigações legais		Contingências trabalhistas	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis (a)	61.694	61.694	5.186	5.186
Perdas possíveis (b)	66.849	-	761	700
Perdas remotas	49.242	-	369	369
Total de provisões	177.785	61.694	6.316	6.255

(a) Perdas prováveis - Contingências fiscais e obrigações legais: Referem-se à provisão para obrigação legal e contingências relacionadas a questões tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avaliação efetuada pelos assessores jurídicos do Banco. As principais discussões estão relacionadas à ampliação da base de cálculo de PIS e da COFINS (Lei 9.718/98), dedutibilidade do expurgo inflacionário referente à Lei nº. 8.200/91, valores recolhidos indevidamente a título de PIS de acordo com os Decretos-Lei nº. 2.445/88 e nº. 2.449/88 e Finsocial referente aos anos de 1991 e 1992. Trabalhistas: Referem-se à provisão para processos movidos por ex-funcionários de diversas localidades. Os questionamentos são sobre pré-contratação para cargos técnicos e cargos de confiança, bem como seus reflexos. Há também ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas com pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas rescisórias. Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base histórica dos pagamentos efetuados. (b) Perdas possíveis - Contingências fiscais e obrigações legais: Referem-se às contingências relacionadas a questões tributárias em diversas instâncias, conforme avaliações efetuadas pelos assessores jurídicos do Banco. As principais discussões são decorrentes de imposto de renda sobre operações de "box quatro pontas" no montante de R$ 33.656, pedido de restituição e compensação de IRRF com créditos de IRPJ no montante de R$ 25.444, e Contribuição Provisória de Movimentação Financeira – CPMF no montante de R$ 2.693. Trabalhistas: Referem-se aos processos movidos por ex-funcionários de diversas localidades. Os questionamentos são sobre pré-contratação para cargos técnicos e cargos de confiança, horas extras e reflexos. Cerca de 80% dos processos encontram-se em fase de execução. Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na média histórica dos pagamentos efetuados.

Consolidado	Contingências fiscais e obrigações legais		Contingências trabalhistas		Contingências cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis (a)	127.030	127.030	10.791	10.791	11.246	11.246
Perdas possíveis (b)	107.250	-	4.878	2.605	50.579	-
Perdas remotas	62.903	-	7.644	369	413	-
Total de provisões	297.183	127.030	23.313	13.765	62.238	11.246

(a) Perdas prováveis - Contingências fiscais e obrigações legais: Referem-se à provisão para obrigação legal e a contingências relacionadas a questões tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avaliação efetuada pelos assessores jurídicos do Consolidado. As principais discussões estão relacionadas a ampliação da base de cálculo do PIS e da COFINS (Lei 9.718/98), dedutibilidade do expurgo inflacionário referente à Lei nº. 8.200/91, Finsocial referente aos anos 1991 e 1992, valores recolhidos indevidamente a título de PIS de acordo com os Decretos-Lei nº. 2445/88 e nº. 2449/88, progressividade de alíquotas do IPTU-SP, adicional de 10% do FGTS e questionamento sobre a exigibilidade das contribuições sociais ao SESC/SENAC. Trabalhistas: Referem-se à provisão para processos movidos por ex-funcionários de diversas localidades. Os questionamentos são sobre pré-contratação para cargos técnicos, cargos de confiança, horas extras e reflexos. Cerca de 80% dos processos encontram-se em fase de execução. Cíveis: São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se a indenização por dano material e/ou moral em decorrência da relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos e prestações de financiamentos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na situação de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos. (b) Perdas possíveis - Contingências fiscais e obrigações legais: Referem-se às contingências relacionadas a questões tributárias em diversas instâncias, conforme avaliação efetuada pelos assessores jurídicos do Consolidado. As principais discussões são decorrentes de imposto de renda sobre operações de "Box quatro pontas", pedido de restituição e compensação de IRRF com créditos de IRPJ e Contribuição Provisória de Movimentação Financeira - CPMF. Trabalhistas: Referem-se aos processos movidos por ex-funcionários. Os questionamentos são sobre pré-contratação para cargos técnicos e cargos de confiança, horas extras e reflexos. Cerca de 80% dos processos encontra-se em fase de execução. Cíveis: As contingências cíveis referem-se às ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito, inclusive dano material e/ou moral.

14. INVESTIMENTOS EM COLIGADAS E CONTROLADAS - BANCO

	Société Générale Leasing S.A Arrendamento Mercantil		Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários		Sgam Sociedade Asset Management Brasil Ltda.		Banco Pecúnia S.A		Banco Cacique S.A.		Total	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Informações das controladas:												
Capital social	23.398	8.398	15.415	14.979	231	231	200.342	120.342	339.767	419.767		
Quantidade de ações/cotas - em milhares:												
Ordinárias	426	153	7.956	7.956	-	-	10.136	1.924	100.310	123.922		
Preferenciais	426	153	7.956	7.956	-	-	-	-	-	-		
Cotas	-	-	-	-	300	300	-	-	-	-		
Participações - %	100,00	100,00	100,00	100,00	1,00	1,00	100,00	70,00	100,00	100,00		
Patrimônio líquido	25.525	8.550	21.278	20.315	613	594	94.504	51.950	346.605	433.893		
Lucro (prejuízo) líquido do semestre	2.364	319	472	991	-	14	(15.869)	(15.743)	856	(46.024)		
Movimentação dos investimentos:												
Saldos em 31 de dezembro	23.161	8.231	20.806	19.283	6	6	21.262	47.543	425.749	479.915	490.984	554.978
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	-	(7)	(158)	-	-	(7)	(158)
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	6	-	-	-	6	-
Resultado de equivalência patrimonial	2.364	319	472	991	-	-	(15.389)	(11.020)	856	(46.024)	(11.697)	(55.734)
Atualização de títulos patrimoniais de controladas	-	-	-	41	-	-	-	-	-	2	-	43
Aumento/(Redução) de capital (a)	-	-	-	-	-	-	80.000	-	(80.000)	-	-	-
Aquisição de investimento (b)	-	-	-	-	-	-	8.632	-	-	-	8.632	-
Saldos em 30 de junho	25.525	8.550	21.278	20.315	6	6	94.504	36.365	346.605	433.893	487.918	499.129

(a) Em de 19 de abril de 2010, o Banco Cacique S.A. reduziu seu capital social em R$ 80.000 para aumentar o capital do Banco Pecúnia S.A., e mantê-lo em conformidade com as exigências do BACEN. A referida redução de capital foi homologada pelo BACEN em 24 de junho de 2010. Em 30 de junho de 2010, o capital social totalmente subscrito e integralizado, após a redução, totalizava o montante de R$ 339.767, representado por 100.310 ações ordinárias, sem valor nominal. No semestre findo em 30 de junho de 2010, o Banco Pecúnia S.A. aumentou seu capital social em R$ 80.000 através de dois aumentos consecutivos de R$ 40.000 cada, homologados pelo BACEN em 2 de junho e em 16 de julho de 2010, respectivamente. Em 30 de junho de 2010, o capital social totalmente subscrito e integralizado, após o aumento, totalizava o montante de R$ 200.342, representado por 10.136 ações ordinárias, sem valor nominal.

(b) Em 10 de fevereiro de 2010, o Banco adquiriu 30% da participação do Banco Pecúnia S.A., pertencente anteriormente ao sócio minoritário Tecnicredito SGPS S.A.(Portugal) pelo valor de R$ 38.700, sendo R$ 30.068 de ágio registrado na rubrica "Intangível" (nota explicativa nº 15).

15. INTANGÍVEL

	Banco	
	2010	2009
Ágio por expectativa de resultados futuros	397.775	367.706
Amortização acumulada (d)	(42.432)	-
Provisão para ajuste ao valor recuperável (c)	(119.861)	(119.861)
Total	235.482	247.845

	Consolidado	
	2010	2009
Ágio apurado na controlada Trancoso Participações Ltda., relativo à aquisição de suas controladas (incluindo o Banco Cacique S.A.) (a)	570.564	570.564
Ágio apurado na controlada Galo S.A., relativo à aquisição do Banco Pecúnia S.A. (b)	38.555	38.555
Ágio por expectativa de resultados – Banco Pecúnia S.A.	30.068	-
Outros ativos intangíveis	8.727	4.959
Amortização acumulada (d)	(134.951)	(57.373)
Provisão para ajuste ao valor recuperável (c)	(119.861)	(119.861)
Amortização de outros ativos intangíveis	(2.964)	-
Total	390.138	436.844

(a) O ágio original, no valor de R$ 570.564, refere-se principalmente à aquisição da Cacipar Comércio e Participações Ltda., controladora do Banco Cacique S.A., ocorrida em 30 de novembro de 2007. O referido ágio foi suportado com base em avaliação econômico-financeira conduzida por empresa independente contratada especialmente para esta finalidade para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 e complementada por atualização efetuada pela Administração daquela controlada para o semestre findo em 30 de junho de 2010. Para este estudo, foi adotada a metodologia do fluxo de dividendos descontados. Em decorrência do processo de incorporação reversa, o saldo do ágio anteriormente registrado na Trancoso, no montante de R$ 570.564, teve seu valor reduzido por provisão, no montante de R$ 350.331, conforme as normas do BACEN, antes do processo de incorporação, sendo o seu efeito no Banco, registrado primeiramente em conta de resultado, na rubrica "Resultado de participações em controladas e coligadas", e posteriormente reclassificada para rubrica "Intangível". O ágio líquido de provisão e amortização, após o processo de incorporação, registrado na sociedade controlada Banco Cacique S.A., no montante de R$ 141.359 (R$ 174.886 em 2009), correspondendo ao benefício fiscal a ser auferido. (b) Em decorrência do processo de incorporação reversa, o saldo do ágio anteriormente registrado na Galo S.A., no montante de R$ 38.555, teve seu valor reduzido por provisão, no montante de R$ 17.375, conforme normas do BACEN, antes do processo de incorporação, sendo o seu efeito no Banco, registrado primeiramente em conta de resultado, na rubrica "Resultado de participações em controladas e coligadas", e posteriormente reclassificada para rubrica "Intangível". O ágio líquido de provisão e da amortização, após o processo de incorporação, foi registrado na sociedade controlada Banco Pecúnia S.A., no montante de R$ 10.582 (R$ 12.607 em 2009), correspondendo ao benefício fiscal a ser auferido. (c) A provisão para ajuste ao valor recuperável foi constituída de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao valor recuperável de ativos, pelo qual a entidade deve efetuar testes que garantam que cada ativo não esteja mensurado por um montante acima de seu valor recuperável. Os testes devem ser realizados sempre que houver um indício (indicadores internos e externos) de que o valor recuperável tenha sofrido redução significativa. A Administração, através de estudo técnico, apurou que o valor provável de recuperação do ativo objeto de ágio, ou seja, da participação societária no Banco Cacique S.A., é menor que o respectivo valor contábil e, em 31 de dezembro de 2008, constituiu provisão para perdas, no montante de R$ 119.861, na rubrica "Outras despesas operacionais. Em 30 de junho de 2010, o valor provável de recuperação do ativo é maior que o valor contábil, não havendo a necessidade de constituição adicional de provisão para perdas. (d) Em virtude do processo de convergência para as normas internacionais que está ocorrendo no Brasil, a Administração avaliou que, com a divulgação das Resoluções BACEN nºs 3.566, 3.617 e 3.642, a adequada forma de mensuração do ativo intangível era pela avaliação do seu valor provável de recuperação. A Administração fez consulta formal ao Banco Central do Brasil, que respondeu, em 25 de novembro de 2009, que o Banco deveria seguir orientações do Cosif 1.11.2 para o caso. Após esta resposta, a Administração decidiu por amortizar os ativos descritos como ágio pelo seu prazo e concomitantemente avaliar a recuperabilidade destes ativos.

16. DEPÓSITOS

Banco	Depósitos à vista		Depósitos a prazo		Depósitos interfinanceiros		Outros	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Sem vencimento	2.528	653	-	-	-	-	1	1
Ate 3 meses	-	-	41.456	97.253	477.938	97.696	-	-
De 3 meses a 1 ano	-	-	637.829	121.983	252.566	1.217.108	-	-
De 1 a 3 anos	-	-	501.488	120.318	-	26.603	-	-
Total	2.528	653	1.180.773	339.554	730.504	1.341.407	1	1

Consolidado	Depósitos à vista		Depósitos a prazo		Depósitos interfinanceiros		Outros	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Sem vencimento	4.852	3.490	-	-	367.926	177.380	1	38
Ate 3 meses	-	-	94.724	159.331	252.475	1.356.012	-	-
De 3 meses a 1 ano	-	-	652.916	310.178	-	-	-	-
De 1 a 3 anos	-	-	518.545	175.374	-	-	-	-
Total	4.852	3.490	1.266.185	644.883	620.401	1.533.392	1	38

17. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Empréstimos:				
Obrigações em moeda estrangeiras - exportação e importação (a)	120.760	513.974	120.760	513.974
Obrigações em moedas estrangeiras - outras obrigações (b)	561.481	415.155	1.345.907	415.155
Obrigações por empréstimos no exterior (c)	788.652	567.385	788.652	1.577.091
Empréstimos em moeda nacional (d)	-	-	32.069	32.095
Subtotal	1.470.893	1.496.514	2.287.388	2.538.315
Repasses do exterior-				
Obrigações por repasses no exterior (e)	66.407	25.696	66.407	25.695
Total	1.537.300	1.522.210	2.353.795	2.564.010
Curto prazo	620.503	1.018.031	946.226	1.279.237
Longo prazo	916.797	504.179	1.407.569	1.284.773
Total	1.537.300	1.522.210	2.353.795	2.564.010

(a) São representadas por recursos captados de banqueiros no exterior com vencimentos até 2011 (até 2010 em 2009) e para aplicação em desconto de letras de exportação, pré-financiamentos de exportações e financiamentos de importações, incorrendo em variação cambial, acrescida de juros de até 1,52% ao ano (3,85% ao ano em 2009). (b) São representadas por repasses em moeda estrangeira com vencimentos em 2013, sujeito a variação cambial e juros de até 7,18% ao ano. (c) Refere-se a empréstimos com vencimentos em 2013, sujeito a variação cambial e juros de até 6,67% ao ano.
Para esses empréstimos, foram feitos "hedges" - risco de mercado - com derivativos no mercado futuro de "DDI" e "DI" e, em decorrência destes "hedges", houve marcação a mercado negativa dos empréstimos, no montante de R$ 1.404 (R$ 1.673 em 2009), no Banco e positiva de R$ 2.640 (R$ 14.173 em 2009) no Consolidado. (d) Refere-se a empréstimos obtidos no País, com vencimentos em 2014 sujeito a variação do CDI.
(e) Referem-se a repasses de empréstimos obtidos no exterior, com vencimento até 2012, sujeitos à variação cambial e a juros de até 4,53% ao ano em 2010 e em 2009.

18. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

	Banco		Consolidado	
	2010	2009	2010	2009
Comissão de fianças	79	21	79	21
Comissão de empréstimos (*)	19	7	50.481	45.967
Comissão de operação em moeda estrangeira	199	290	199	290
Total	297	318	50.759	46.278

(*) Refere-se a comissão de abertura de crédito cobrada no ato da contratação do financiamento e apropriada "pro-rata-temporis" de acordo com os prazos contratados.

19. CAPITAL SOCIAL

a) Capital social - Em 30 de junho de 2010 e de 2009, o capital social estava representado por ações, sem valor nominal, pertencentes a acionista domiciliado no exterior, composto da seguinte forma:

	2010	2009
Ações ordinárias	241.588	241.588
Ações preferenciais	241.588	241.588
Total	483.176	483.176

b) Dividendos - Conforme previsto no estatuto do Banco, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício. c) Aumento de capital - Conforme a Assembléia Geral Extraordinária, realizada em 22 de junho de 2009, o capital social foi aumentado de R$ 1.388.014 para R$ 1.403.014 mediante a emissão de novas ações, sendo 2.583 ações ordinárias com direito a voto e 2.583 ações preferenciais sem direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal. O aumento do capital foi homologado pelo BACEN em 29 de junho de 2009. Conforme Assembléia Geral Ordinária, realizada em 21 de julho de 2009, o capital social do Banco foi aumentado de R$ 1.403.014 para R$ 1.404.908, sem a emissão de novas ações, mediante a capitalização de reserva de capital. O aumento do capital foi homologado pelo BACEN em 15 de setembro de 2009.

continua

SOCIETE GENERALE
Corporate & Investment Banking

Banco Société Générale Brasil S.A. e Consolidado

(Sistema Financeiro Société Générale Brasil)

CNPJ 61.533.584/0001-55
Avenida Paulista, 2300 - 9º andar
Cerqueira César - CEP 01310-300
São Paulo - SP
Telefone: 0xx11 3217-8000
www.sgbrasil.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E DE 2009

(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações nos semestres findos em 30 de junho de 2010 e de 2009:

	Banco				Consolidado			
	Imposto de renda		Contribuição social		Imposto de renda		Contribuição social	
	2010	2009	2010	2009	2010	2009	2010	2009
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, deduzido das participações estatutárias	(1.719)	(20.528)	(1.719)	(20.528)	15.465	(90.950)	15.465	(90.950)
Alíquota vigente	25%	25%	15%	15%	25%	25%	15%	15%
(Despesa) crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	430	5.144	258	3.079	(3.866)	23.825	(2.320)	14.295
a) Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças permanentes:								
-Resultado de participações em coligadas e controladas	(2.924)	(13.934)	(1.755)	(8.360)	-	-	-	-
-Amortização de ágio não dedutível	(3.434)	-	(2.060)	-	1.255	7.173	754	4.304
-Provisão para despesas com SG Paris	(453)	-	(272)	-	(3.151)	-	(1.890)	-
-Despesas com fraudes	-	-	-	-	(59)	-	(35)	-
-Incentivo fiscal	(42)	-	(25)	-	(42)	-	(25)	-
-Descontos concedidos	-	-	-	-	(645)	-	(387)	-
-Provisão para realização de ativos	-	-	-	-	(509)	-	(305)	-
-Despesas com cessão em operações de crédito	-	-	-	-	(4.198)	-	(2.519)	-
-Outras provisões operacionais	-	-	-	-	(1.184)	-	(710)	-
-Outras despesas não dedutíveis	(149)	(226)	(90)	(135)	(43)	(796)	(90)	(273)
b) Efeito do imposto de renda e da contribuição social, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais de períodos anteriores:								
Diferenças temporárias								
-Contingências fiscais, trabalhistas e cíveis	(1.083)	-	(650)	-	(3.067)	-	(1.774)	-
-Ajuste a valor de mercado – TVM e derivativos	(4.035)	(1.091)	(2.421)	(704)	(4.267)	-	(2.561)	-
-Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(39)	-	(23)	-	(1.947)	-	(1.168)	-
-Provisão de bônus	-	-	-	-	51	-	31	-
-Prejuízos fiscais	2.587	3.060	1.655	1.836	2.786	4.230	1.727	2.543
-Outras diferenças temporárias	1.128	-	673	-	824	-	547	-
c) Crédito tributário não contabilizado de imposto de renda e contribuição social								
Diferenças temporárias:								
-Outras	-	-	-	-	(1.027)	(589)	(85)	(690)
Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes	(8.014)	(7.047)	(4.710)	(4.284)	(19.089)	33.843	(10.810)	20.179

O Banco possui prejuízos fiscais de R$ 13.954 em 2009 (no Consolidado, R$ 35.487 em 2010 e R$ 56.118 em 2009) e diferenças temporárias referentes às provisões não dedutíveis de R$ 249.573 em 2010 e R$ 228.916 em 2009 (no Consolidado, R$ 250.767 em 2010 e R$ 224.494 em 2009), no montante total de aproximadamente R$ 249.573 em 2010 e R$ 242.510 em 2009 (no Consolidado, R$ 305.655 em 2010 e R$ 280.612 em 2009), sobre os quais não foram contabilizados imposto de renda (25%) e contribuição social (15% para empresas financeiras e 9% para não financeiras), diferidos no montante de R$ 107.301 em 2010 e R$ 97.004 em 2009 (no Consolidado, R$ 108.999 em 2010 e R$ 107.014 em 2009). O Banco não reconheceu contabilmente esse ativo fiscal diferido, o qual será contabilizado quando da elaboração do estudo técnico que demonstre a capacidade de sua recuperação, em atendimento à Resolução nº 3.059/02 do BACEN.

b) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos

Ativo - Imposto de renda

	Consolidado 2010	Consolidado 2009
Prejuízo fiscal e base negativa	323.987	200.658
Diferenças temporárias:	280.628	236.319
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	171.576	55.820
Provisão para contingências	102.185	66.331
Provisão com valorização de carteira cedida liquidada antecipadamente	2.866	-
Ajuste a valor de Mercado TVM e derivativos	54	41
Outras	3.947	477
Total	604.615	559.646
Alíquota de imposto de renda	25%	25%
Crédito tributário constituído	151.154	139.912

Ativo - Contribuição social (Alíquota de 15%)

	Consolidado 2010	Consolidado 2009
Prejuízo fiscal e base negativa	310.126	185.716
Diferenças temporárias:	276.348	236.319
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	171.576	55.820
Provisão para contingências	97.905	63.916
Provisão com valorização de carteira cedida liquidada antecipadamente	2.866	-
Ajuste a valor de Mercado TVM e derivativos	54	45
Outras	3.947	477
Total	586.474	542.293
Alíquota de contribuição social	15%	15%
Crédito tributário constituído	87.971	81.344

Ativo - Contribuição social (Alíquota de 9%)

	Consolidado 2010	Consolidado 2009
Prejuízo fiscal e base negativa	9.503	10.406
Provisão para contingências	4.280	2.415
Total	13.783	12.821
Alíquota de contribuição social	9%	9%
Crédito tributário constituído	1.240	1.154
Total crédito tributário constituído	240.365	222.410

c) Movimentação dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre as diferenças temporárias

	Consolidado 2010	Consolidado 2009
Saldo inicial	250.788	144.898
Adições/(Baixas) líquidas	(10.427)	77.512
Ajustes a valor de mercado TVM - disponível para venda	4	-
Saldo final	240.365	222.410

d) Movimentação do imposto de renda diferido passivo:

	Banco 2010	Banco 2009	Consolidado 2010	Consolidado 2009
Saldo inicial	11.849	8.204	26.810	8.507
Ajustes a valor de mercado TVM - disponível para venda	(9.763)	2.339	(9.763)	2.205
Marcação a mercado-hedge-cash flow hedge	(383)	-	(383)	-
Marcação a mercado-hedge-valor justo	-	-	507	1.087
Reversões de provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(3.793)	-
Reserva de reavaliação	-	-	(8)	-
Realização de superveniência de depreciação	-	-	612	691
Saldo final	1.703	10.543	13.982	12.490

e) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários - O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização é apresentado a seguir, devidamente fundamentado em estudo técnico, segundo o qual há expectativa de geração de resultados futuros positivos:

	Consolidado – Valor contábil – Imposto de renda e contribuição social sobre diferenças temporárias	
Ano	2010	2009
2009	-	67.260
2010	19.725	28.935
2011	59.835	12.167
2012	10.905	12.255
2013	40.403	8.645
2014	22.356	14.933
2015	22.304	16.695
2016	22.511	19.745
2017	26.039	28.456
2018	16.180	13.319
2019	107	-
Total	240.365	222.410

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média projetada do CDI, totalizava R$ 157.084 em 2010 (R$ 119.551 em 2009).

21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As transações com partes relacionadas são assim resumidas: a) As transações com controladores, controladas e outras partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

	Banco – Ativo (passivo) 2010	Banco – Ativo (passivo) 2009	Banco – Receitas (despesas) 2010	Banco – Receitas (despesas) 2009
Société Générale Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil:				
Outros valores a receber de ligadas	14	30	129	181
Depósitos à vista	(17)	(29)	-	-
Société Générale S.A. - Corretora de Câmbio,Títulos e Valores Mobiliários:				
Outros valores a receber de ligadas	12	12	70	70
Depósitos à vista	(2)	(7)	-	-
Depósitos interfinanceiros	(15.235)	(21.270)	(634)	(1.101)
Sgam Sociedade Asset Management Brasil Ltda.				
Outros valores a receber de ligadas	2	1	10	9
Depósitos à vista	(5)	(9)	-	-
Depósitos a prazo	(520)	(505)	(21)	(26)
Société Générale - Nova York:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	1.628	999	(10.596)	-
Obrigações em moeda estrangeira	(7)	(14.260)	-	-
Société Générale - Paris:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	5.059	98	(719)	-
Aplicações em moeda estrangeira	7.711	4.384	19	963
Devedores diversos no exterior	8.854	7.492	6.410	4.506
Obrigações em moeda estrangeira	(598.602)	(913.853)	(17.573)	(6.218)
Credores diversos no exterior (*)	(4.043)	(2.447)	(4.617)	(4.609)
Obrigações por empréstimos do exterior	(788.652)	(567.385)	(26.102)	(15.217)
Obrigações por repasses do exterior	(66.407)	(25.696)	(2.217)	(149)
Société Générale - Zurique:				
Obrigações em moeda estrangeira	-	(876)	-	-
Société Générale – Madrid:				
Obrigações em moeda estrangeira	-	(140)	-	-
Société Générale – Shangai				
Obrigações em moeda estrangeira	-	-	(241)	-
Société Générale – Cayman:				
Obrigações em moeda estrangeira	(83.632)	-	-	-
Banco Pecúnia S.A.:				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	575.045	431.655	26.835	10.981
Depósitos interfinanceiros	(93.468)	(103.029)	(1.563)	(2.061)
Sogener Administração e Serviços Ltda.				
Outros valores a receber de ligadas	1	3	5	-
Outros valores a pagar de ligadas	(807)	-	(502)	-
Depósitos à vista	(51)	-	-	-
Depósitos a prazo	(972)	-	(49)	-
Banco Cacique S.A				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	1.556.778	866.498	67.564	23.544
Depósitos interfinanceiros	(1.400)	-	(250)	(2.346)
Resumo por conta:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	6.687	1.097	(11.315)	-
Aplicações em moeda estrangeira	7.711	4.384	19	963
Aplicações em depósitos interfinanceiros	2.131.823	1.298.153	94.399	34.744
Devedores diversos no exterior	8.854	7.492	6.410	4.506
Outros valores a receber de ligadas	29	46	214	120
Outros valores a pagar de ligadas	(807)	-	(502)	-
Depósitos à vista	(29)	(45)	-	-
Depósitos a prazo	(1.492)	(505)	(70)	(26)
Depósitos interfinanceiros	(110.103)	(124.299)	(2.447)	(5.508)
Credores diversos no exterior (*)	(4.043)	(2.447)	(4.617)	(4.609)
Obrigações em moeda estrangeira	(682.241)	(929.129)	(17.814)	(6.218)
Obrigações por empréstimos do exterior	(788.652)	(567.385)	(26.102)	(15.217)
Obrigações por repasses do exterior	(66.407)	(25.696)	(2.217)	(149)

(*) Nota explicativa nº.11 c

	Consolidado – Ativo (passivo) 2010	Consolidado – Ativo (passivo) 2009	Consolidado – Receitas (despesas) 2010	Consolidado – Receitas (despesas) 2009
Société Générale - Nova York:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	1.628	999	(10.596)	-
Aplicações em moeda estrangeira	-	-	-	589
Obrigações em moeda estrangeira	(7)	(14.260)	-	-
Obrigações por empréstimos do exterior	-	-	-	29.205
Société Générale - Paris:				
Aplicações em moeda estrangeira	7.711	4.384	19	-
Disponibilidades no exterior	42	-	-	-
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	5.059	98	(719)	-
Devedores diversos no exterior	8.854	7.492	6.410	4.506
Credores diversos no exterior (*)	(4.043)	(2.447)	(4.617)	(4.609)
Obrigações em moeda estrangeira	(598.602)	(913.853)	(17.573)	(6.218)
Obrigações por empréstimos do exterior	(1.573.079)	(1.545.741)	(63.203)	(22.710)
Obrigações por repasses do exterior	(66.407)	(25.695)	(2.217)	(149)
Société Générale - Zurique:				
Obrigações por empréstimos do exterior	-	(876)	-	-
Société Générale - Cayman:				
Obrigações em moeda estrangeira	(83.632)	-	-	-
Société Générale - Shangai:				
Obrigações em moeda estrangeira	-	-	(241)	-
Sogener Administração e Serviços Ltda.				
Outros valores a receber de ligadas	1	3	5	-
Outros valores a pagar de ligadas	(807)	-	(502)	-
Depósitos à vista	(5)	-	-	-
Depósitos a prazo	(972)	-	(49)	-
Société Générale – Madrid				
Obrigações por empréstimos do exterior	-	(140)	-	-
Diretoria				
Depósitos à vista	(3)	-	-	-
Depósitos a prazo	(670)	-	(926)	-
Resumo por conta:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	6.687	1.097	(11.315)	-
Aplicações em moeda estrangeira	7.711	4.384	19	963
Devedores diversos no exterior	8.854	7.492	6.410	4.506
Outros valores a receber de ligadas	1	3	5	-
Obrigações em moeda estrangeira	(682.241)	(929.129)	(17.814)	(6.218)
Credores diversos no exterior (*)	(14.466)	(2.447)	(14.793)	(4.609)
Obrigações por empréstimos do exterior	(1.573.079)	(1.577.091)	(63.203)	(26.722)
Obrigações por repasses do exterior	(66.407)	(25.695)	(2.217)	(149)
Outros valores a pagar de ligadas	(807)	-	(502)	-
Depósitos à vista	(8)	-	-	-
Depósitos a prazo	(1.642)	-	(595)	-

(*) Nota explicativa nº.11 c

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração: O montante pago a título de remuneração dos Diretores no semestre foi de R$ 1.003 (R$ 394 em 2009) no Banco e de R$ 4.827 (R$ 4.323 em 2009) no Consolidado.

Composição do montante pago aos Diretores:

	Banco 2010	Banco 2009	Consolidado 2010	Consolidado 2009
Proventos	997	390	4.188	3.608
Contribuição ao INSS	6	4	639	715
Total	1.003	394	4.827	4.323

Outras informações - I - Conforme legislação em vigor, o Banco não concede empréstimos ou adiantamento para: a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, quaisquer diretores ou administradores do Banco, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até o 2º grau. Dessa forma, não foram efetuados pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares. II - Participação acionária - Os membros do Conselho de Administração e da Diretoria possuíam em conjunto a seguinte participação acionária no Banco:

Em 30 de junho de 2010

	Banco 2010 Ações ordinárias	Banco 2010 Ações preferenciais	Banco 2010 Total	Banco 2009 Ações ordinárias	Banco 2009 Ações preferenciais	Banco 2009 Total
Diretores	3	-	3	3	-	3
Société Générale- Paris	241.585	241.588	483.173	241.585	241.588	483.173
Total de ações	241.588	241.588	483.176	241.588	241.588	483.176

22. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Banco 2010	Banco 2009	Consolidado 2010	Consolidado 2009
Despesas de água, energia e gás	61	52	1.057	1.093
Despesas de material	59	52	2.167	1.388
Despesas de serviços técnicos especializados	2.842	2.237	19.679	19.670
Despesas de processamento de dados	1.359	1.346	12.867	13.612
Despesas de serviços do sistema financeiro	2.363	3.170	6.925	10.132
Despesas de aluguéis	1.479	1.802	10.888	11.212
Despesas de serviços de terceiros	6.884	3.830	15.084	10.632
Despesas de manutenção e conservação de bens	131	475	1.032	1.437
Despesas de comunicações	464	481	8.872	13.645
Despesas de contribuições filantrópicas	213	278	324	338
Despesas de serviços de vigilância e segurança	31	-	401	385
Despesas com informações cadastrais - PF e PJ	-	-	2.187	2.793
Despesas de arrendamento	36	-	823	745
Despesas de seguros	28	-	636	889
Despesas com entidades de classe	-	-	25	19
Despesas de propaganda e publicidade	203	155	3.920	1.297
Despesas de publicações	218	239	335	373
Despesas de transportes	96	99	2.144	2.444
Despesas de promoções e relações públicas	82	86	333	334
Despesas de viagem	716	567	1.800	1.561
Despesas de depreciação e amortização	439	396	5.823	7.004
Despesas de amortização de ágio	14.962	-	44.100	-
Despesas com serviços de consultoria/assessoria	-	-	14.439	-
Despesas de serviços de promoção de vendas	-	-	24.318	30.325
Despesas de serviços de cobrança	-	-	6.946	6.266
Outras	393	550	5.654	3.016
Total	33.059	15.815	192.779	140.610

23. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	Banco 2010	Banco 2009	Consolidado 2010	Consolidado 2009
Recuperação de encargos e despesas	2	580	508	1.292
Recuperação de créditos securitizados	-	-	1.681	-
Reversão da provisão para amortização de ágio	-	-	18.758	-
Reversão de provisão de prestação de serviços no exterior	6.689	5.175	6.689	5.175
Reversão de provisão para contingências fiscais (nota explicativa nº 13 ii)	538	-	2.494	-
Reversão de provisão para contingências trabalhistas (nota explicativa n° 13 ii)	1.241	-	1.576	-
Reversão de provisão para contingências cíveis (nota explicativa nº 13 ii)	895	-	988	-
Atualização de créditos tributários	126	120	128	123
Atualização de depósitos judiciais	770	-	954	245
Juros sobre capital próprio	26	679	26	691
Reversão de provisão para despesa com pessoal	-	9.429	205	9.429
Reversão de provisão de despesas com reformas e melhorias	-	273	-	273
Reversão de provisões operacionais	-	-	-	451
Reversão de provisões com créditos cedidos com coobrigação	-	-	53	219
Reversão de provisão despesas de publicação	213	-	313	-
Reversão de provisão de auditoria externa	280	-	280	-
Receitas com encargos de cancelamento de contratos	-	-	746	1.420
Receitas de liquidação de contrato de arrendamento	-	-	2.675	-
Valores recuperados de processos judiciais	26	-	26	-
Receitas com encargos contratuais – inadimplência	-	-	2.363	3.694
Reversão de provisão de aluguel e prestação de serviços no País	306	990	306	990
Descontos obtidos	-	-	1.012	1.226
Variação monetária	-	-	251	646
Outras	18	413	2.299	3.143
Total	11.130	17.659	44.331	29.017

24. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	Banco 2010	Banco 2009	Consolidado 2010	Consolidado 2009
Prestação de serviços no exterior	2.049	4.519	2.049	4.519
Provisão para contingências fiscais (nota explicativa nº 14 ii)	4.446	4.959	30.193	7.135
Atualização de contingências fiscais (nota explicativa nº 14 ii)	1.449	1.463	3.035	3.614
Provisão para contingências trabalhistas (nota explicativa nº 14 ii)	-	-	3.730	1.815
Atualização de contingências trabalhistas (nota explicativa nº 14 ii)	216	282	216	282
Provisão para contingências cíveis (nota explicativa nº 14 ii)	881	-	3.113	2.003
Atualização de contingências cíveis (nota explicativa nº 14 ii)	14	-	14	-
Provisão para pagamento de gratificação	5.003	3.592	5.003	3.592
Provisão multas BACEN	-	200	-	200
Participação na venda de ações do grupo a funcionários	-	120	-	120
Despesa com intermediação financeira em cessão de crédito	-	-	2.561	-
Atualização monetária dos valores a pagar aos antigos acionistas	-	-	831	1.191
Despesas com fraudes	-	-	748	1.004
Despesas com encargos contratuais	-	-	207	339
Despesas com adesão ao sistema redeshop	-	-	302	265
Descontos concedidos	-	-	3.485	2.626
CPMF e IOC bancado sobre operações	-	-	1.285	1.051
Variação monetária	-	392	-	392
Outras	966	621	3.175	2.603
Total	15.024	16.148	59.947	32.751

25. LIMITES OPERACIONAIS

Acordo de Basiléia II - O BACEN divulgou os Comunicados nº. 12.746/04, nº. 16.137/07 e nº. 19.028/09, que tratam das diretrizes e cronogramas para a implantação dos conceitos do novo Acordo da Basiléia (Basiléia II). Esses Comunicados têm como orientação as recomendações do Comitê de Supervisão Bancária de Basiléia, que estabelece critérios mais adequados aos níveis de riscos associados às operações das instituições financeiras para alocação de capital regulamentar. Além destes comunicados, tem outros normativos que estabelecem as diretrizes para a apuração do capital regulatório, que passaram a produzir efeitos a partir de 1º de julho de 2008, entre eles: • Resolução nº. 3.490/07 e Circular nº. 3.471/09 – definem o Patrimônio Líquido de Referência (PRE); • Circular nº. 3.360/07 – define a Parcela de Exposição Ponderada pelo Risco (PEPR); • Circulares nº. 3.361/07 a nº. 3.364/07, nº. 3.366/07, nº. 3.368/07, nº. 3.389/08 – definem a exposição às parcelas de Juros (PJUR-1 a PJUR-4), Ações (PACS), commodities (PCOM) e Câmbio (PCAM); • Circular nº. 3.383/07 – define a Parcela de Risco Operacional.

a) Apuração dos limites de Basiléia II

Rubrica	Sigla	Cálculo pelo critério atual (Basiléia II)
Patrimônio Líquido de Referência	PR	1.087.232
Patrimônio de Referência Exigido	PRE	575.207
Parcela do Risco das Posições "Banking Book"	RBAN	3.500
Valor da Margem		508.525
Índice da margem conservadora		53%

• Parcelas que compõe o PRE

Parcela	Totais	% de consumo do PR
PEPR	462.577	43%
PCAM	10.355	1%
PJUR1	8.527	1%
PJUR2	39.210	4%
PJUR3	174	0%
PJUR4	-	0%
PCOM	-	0%
PACS	-	0%
POPR	54.364	5%
Adicional BCB	-	
PRE	575.207	

• Extrapolação

	2010	2009
Índice exigido-Bacen	11%	11%
Índice alcançado	20,67%	19,77%
(=) Margem extrapolada	4.622.955	4.795.329

26. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Em 30 de junho de 2010, a responsabilidade por fianças e garantias prestadas a terceiros, monta a R$ 195.262 no Banco e no Consolidado (R$ 76.974 no Banco e no Consolidado em 2009). b) Em 30 de junho de 2010, no Consolidado, as coobrigações em cessões de créditos montam a R$ 257.715 (R$ 33.862 em 2009), para as quais foi registrada provisão para riscos sobre créditos cedidos com coobrigação (veja nota explicativa 11.c) no montante de R$ 1.030 (R$ 273 em 2009), calculada com base nos mesmos critérios adotados para o cálculo da provisão para créditos de liquidação duvidosa das operações não cedidas. Dessas coobrigações, R$ 205.980 (R$ 31.959 em 2009) são provenientes de créditos consignados, e R$ 1.903 em 2009) possuíam garantia de alienação fiduciária dos veículos financiados. Em 28 e 30 de junho de 2010, as controladas Banco Pecúnia S.A., e Banco Cacique S.A., efetuaram cessão de crédito nos montantes de R$ 51.735 e R$ 204.430 realizando lucros de R$ 9.304 e R$ 51.617 respectivamente. c) Plano de Pensão - O Banco, a partir do primeiro semestre de 2008, passou a oferecer um plano de previdência complementar para seus funcionários, de contribuição definida, o qual é administrado por uma entidade fechada através do Unibanco AIG Vida e Previdência S.A. Este programa está sendo patrocinado pelo Banco e pelos seus funcionários. Durante o semestre encerrado em 30 de junho de 2010, as contribuições dos patrocinadores totalizaram R$ 214 (R$ 187 em 2009) (Banco) e pelos funcionários R$ 235 (R$ 231 em 2009).

d) Caixa e equivalentes de caixa para o fluxo de caixa indireto

	Banco 2010	Banco 2009	Consolidado 2010	Consolidado 2009
Disponibilidades	7.005	1.168	10.069	4.291
Aplicações interfinanceiras de liquidez	455.208	4.384	415.208	81.281
Total	462.213	5.552	425.277	85.572

27. PARCELAMENTO DE DÉBITOS FEDERAIS

Em 27 de maio de 2009, foi publicada a Lei nº 11.941, resultado da conversão da Medida Provisória nº 449/08, que, entre outras questões, instituiu um novo programa de parcelamento de débitos federais. Com base nessa Lei, em 26 de fevereiro de 2010, a Administração do Banco decidiu pela adesão ao programa de parcelamento de determinados débitos federais, conforme demonstrado a seguir, e aguarda que a Receita Federal inicie o processo de consolidação.

Processo	Valor contábil da provisão em 30/06/10
Lei nº 8.200/91 - Correção Monetária de Balanço	16.464
IRRF sobre cota de fundo ao portador	471
CSLL	1.022
Total	17.957

Não houve efeito da REFIS para as empresas controladas.

28. EVENTO SUBSEQUENTE

Em 02 de julho de 2010, foram liquidados pelas controladas Banco Cacique S.A. e Banco Pecúnia S.A., empréstimos em dólar junto a Société Générale Corporate & Investment Bank, nos montantes R$ 215.313 e R$ 78.287 respectivamente.

continua

SOCIETE GENERALE
Corporate & Investment Banking

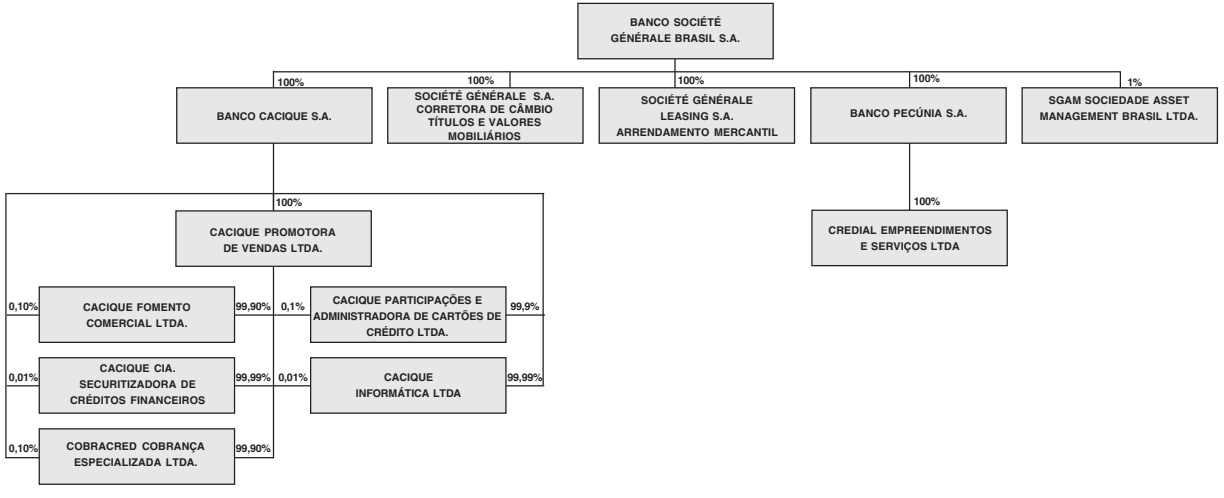
Banco Société Générale Brasil S.A. e Consolidado

(Sistema Financeiro Société Générale Brasil)

CNPJ 61.533.584/0001-55
Avenida Paulista, 2300 - 9º andar
Cerqueira César - CEP 01310-300
São Paulo - SP
Telefone: 0xx11 3217-8000
www.sgbrasil.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2010 E DE 2009 - (Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

29. ESTRUTURA DO GRUPO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE DO BRASIL
Em 30 de junho de 2010



CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

DIONI CATHERINE KAMITSIS LEBOT
Presidente

FRANÇOIS ALAIN DOSSA
Vice-Presidente

FEDERICO ANGEL TUREGANO COSTELLO
Conselheiro

DIRETORIA

FRANÇOIS ALAIN DOSSA
Diretor Presidente

PASCAL FRANÇOIS VITANTONIO
Diretor Vice-Presidente

ERIC DHOSTE
Diretor Executivo

CONTADOR
IGOR EDUARDO GHISELLI - CRC SP 258831/O-4

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores do
Banco Société Générale Brasil S.A.
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais, individuais e consolidados, do Banco Société Générale Brasil S.A. ("Banco") e controladas ("Consolidado"), levantados em 30 de junho de 2010, e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido (Banco) e dos fluxos de caixa correspondentes ao semestre findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Banco e controladas; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Banco e controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. A controlada Société Générale Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil registra as suas operações e elabora as suas demonstrações financeiras com a observância das diretrizes contábeis estabelecidas pelo Banco Central do Brasil, as quais requerem o ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil, o qual é registrado como insuficiência ou superveniência de depreciação, classificada no ativo permanente. Essas diretrizes, embora propiciem a apuração do lucro e do patrimônio líquido de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, não requerem a reclassificação das operações para as rubricas do ativo circulante e realizável a longo prazo e das receitas e despesas de arrendamento mercantil, que permanecem registradas e apresentadas de acordo com as disposições da Lei nº 6.099/74 nas demonstrações financeiras consolidadas.
4. Em nossa opinião, exceto pela não reclassificação mencionada no parágrafo 3, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, do Banco Société Générale Brasil S.A. e controladas em 30 de junho de 2010, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (Banco) e os seus fluxos de caixa correspondentes ao semestre findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.
5. As demonstrações financeiras relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2009, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por nós, e emitimos parecer, em 9 de outubro de 2009, contendo ressalvas quanto: (a) à não contabilização da amortização do ágio pago na aquisição de certas controladas e da reversão da provisão do ágio decorrente de incorporação reversa de controladora, nos montantes de R$28.692 mil e de R$17.079 mil, respectivamente, ficando o prejuízo do semestre diminuído e o patrimônio líquido aumentado em R$24.005 mil, a conta de investimentos no Banco aumentada em R$11.613 mil e a conta de ativo intangível, no Banco, aumentada em R$12.392 mil e R$24.005 mil no Consolidado; e (b) pela não reclassificação das operações de arrendamento mercantil mencionada no parágrafo 3.

São Paulo, 17 de agosto de 2010

Deloitte.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Gilberto Bizerra de Souza
Contador
CRC nº 1 RJ 076328/O-2 "S" SP

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - O Comitê de Auditoria do Banco Société Générale S.A. (Comitê), órgão estatutário de caráter permanente, foi instituído em 31 de março de 2010 em atendimento à Resolução nº 3.198/04 do Conselho Monetário Nacional – CMN. Reportando-se diretamente ao Conselho de Administração e composto por três diretores indicados por este órgão, compete ao Comitê, no âmbito do Conglomerado Société Générale Brasil, atuar em conformidade com o disposto em seu regimento assessorando o Conselho de Administração no desempenho de suas atribuições relacionadas ao: Acompanhamento das práticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras da Sociedade e de suas controladas; Indicação e avaliação da efetividade das auditorias independente e interna, bem como no acompanhamento das suas recomendações de melhorias nos controles internos; e Avaliação da efetividade dos controles internos. O Comitê reuniu-se formalmente por 4 vezes desde sua constituição até a conclusão das atividades relativas ao semestre findo em 30/06/2010, além de ter mantido reuniões de trabalho para discussão de assuntos específicos com diretores e especialistas das instituições que compõem o Conglomerado. Dentre as atividades do período destacam-se: Aprovação dos planos de trabalho das auditorias independente e interna; Avaliação da efetividade das auditorias independente e interna; Avaliação dos relatórios de ouvidoria das empresas do Conglomerado, relatórios dos diretores responsáveis pela ouvidoria e relatórios dos auditores internos sobre a adequação da estrutura e da atividade de ouvidoria; Avaliação da efetividade dos sistemas de controle interno do Conglomerado, com ênfase no cumprimento do disposto na Resolução 2.554/98 e 3380/06; Avaliação da qualidade das demonstrações contábeis do período; Acompanhamento do projeto de convergência local das demonstrações financeiras ao modelo IFRS; Acompanhamento do atendimento aos apontamentos feitos pelos órgãos reguladores; Acompanhamento do atendimento das recomendações constantes nas cartas-comentário dos Auditores Independentes. Em vista dos resultados dos trabalhos conduzidos, o Comitê concluiu serem satisfatórios e eficazes os trabalhos desenvolvidos pelas auditorias interna e independente bem como os sistemas e procedimentos de controles internos, recomendando a aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas do Conglomerado relativas ao primeiro semestre de 2010. São Paulo, 24 de agosto de 2010 - Comitê de Auditoria